

**FUNDAÇÃO OSWALDO ARANHA
CENTRO UNIVERSITÁRIO DE VOLTA REDONDA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO EM CIÊNCIAS DA SAÚDE E DO MEIO
AMBIENTE**

KELEN GURGEL MEIRELLES

**PARA ALÉM DO QUARTO DE DESPEJO: INJUSTIÇA AMBIENTAL,
LITERATURA E RESISTÊNCIA NA OBRA DE CAROLINA MARIA DE
JESUS**

**VOLTA REDONDA
2020**

**FUNDAÇÃO OSWALDO ARANHA
CENTRO UNIVERSITÁRIO DE VOLTA REDONDA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO EM CIÊNCIAS DA SAÚDE E DO MEIO
AMBIENTE**

**PARA ALÉM DO QUARTO DE DESPEJO: INJUSTIÇA AMBIENTAL,
LITERATURA E RESISTÊNCIA NA OBRA DE CAROLINA MARIA DE
JESUS**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Ensino em Ciências da Saúde e do Meio Ambiente do UniFOA como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre.

Aluno: Kelen Gurgel Meirelles

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Paraiso Alves

Coorientadora: Profa. Dra. Milena de Sousa N. Bento.

**VOLTA REDONDA
2020**

FICHA CATALOGRÁFICA

Bibliotecária: Alice Tacão Wagner - CRB 7/RJ 4316

M499p Meirelles, Kelen Gurgel.

Para além do quarto de despejo: injustiça ambiental, literatura e resistência na obra de Carolina Maria de Jesus. / Kelen Gurgel Meirelles. - Volta Redonda: UniFOA, 2020.
82 p. Il.

Orientador (a): prof. Dr. Marcelo Paraíso Alves

Dissertação (Mestrado) – UniFOA / Mestrado Profissional em Ensino em Ciências da Saúde e do Meio Ambiente, 2020.

1. Ciências da saúde - dissertação. 2. Justiça ambiental. 3. Injustiça ambiental. I. Alves, Marcelo Paraíso. II. Centro Universitário de Volta Redonda. III. Título.

CDD – 610

FOLHA DE APROVAÇÃO

Aluna: Kelen Gurgel Meirelles

PARA ALÉM DO QUARTO DE DESPEJO: INJUSTIÇA AMBIENTAL
LITERATURA E RESISTÊNCIA NA OBRA DE CAROLINA MARIA DE JESUS

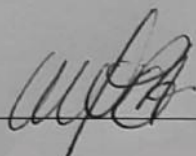
Orientador:

Prof. Dr. Marcelo Paraiso Alves

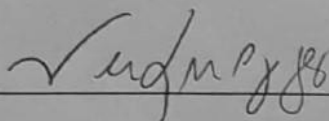
Co-orientadora:

Profa. Dra. Milena de Sousa Nascimento Bento

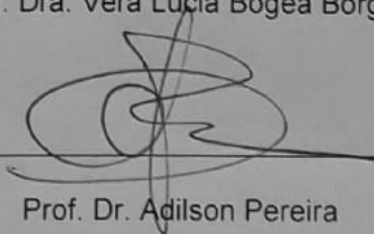
Banca Examinadora



Prof. Dr. Marcelo Paraiso Alves



Prof. Dra. Vera Lucia Bogéa Borges



Prof. Dr. Adilson Pereira

Dedico esse trabalho a três pessoas que são muito importantes na minha vida. A primeira é a minha amada mãe Geralda (in memoriam) que cuidou de mim com tanto amor, um carinho imensurável e uma dedicação incansável, sendo eu uma bebê prematura, manhosa e muito dengosa. Sempre acreditando em minha capacidade e se alegrando com as minhas conquistas. A cada dificuldade que se levantava a minha frente, ela dizia que iria passar e tinha certeza de que eu ia achar o melhor caminho. A segunda é o meu querido pai Almair que foi muito importante na construção da minha formação como pessoa, sempre com seus conselhos e exemplos, seu jeito engraçado e às vezes atrapalhado de ser, compõem a minha vida trazendo muita alegria. E finalmente a Luciano Cabral, meu parceiro para a vida toda. Sempre acreditou no meu trabalho como professor e orientador, mais tarde parceiro de trabalho e hoje meu cúmplice e grande amor. Sem ele esse trabalho teria sido muito mais solitário e árduo, com seu jeito cuidadoso e atencioso lia meu trabalho, mas sempre questionando e discutindo o que eu queria dizer.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus que tem me concedido a vida, encontros e oportunidades importantes para que eu seja construída a cada dia. A minha muito amada família, minha irmã e parceira Kátia e meus filhos: Anny, Heandrel e Esthefany que estiveram ao meu lado dando força e muitas vezes tendo que aceitar a minha ausência e angústias. E finalmente ao corpo docente, à coordenação do MECSMA, Prof^a Dr^a Ilda Cecilia que contribuíram agregando outros conhecimentos a minha formação acadêmica e ao meu orientador Prof. Dr. Marcelo Paraiso Alves e a minha coorientadora Prof^a Dr^a Milena de Sousa N. Bento que em meio a tantas mudanças repentinas e surpreendentes estiveram ao meu lado me direcionando, apoiando e incentivado em todos os momentos.

EPÍGRAFE

“Fiquei alegre olhando o livro e disse: ‘O que eu sempre invejei nos livros foi o nome do autor’. E li o meu nome na capa do livro. ‘Carolina Maria de Jesus. Diário de uma favelada. Quarto de despejo’. Fiquei emocionada. É preciso gostar de livros para sentir o que eu senti”.

Carolina Maria de Jesus

RESUMO

O presente trabalho destina-se à análise e reflexões em torno de questões socioambientais contemporâneas que se relacionam com as discussões sobre a Justiça e Injustiça Ambiental. Para tanto partimos das obras de Carolina Maria de Jesus buscando nas mesmas a forma como a autora percebe a injustiça ambiental no espaço em que vive e como transforma o seu trabalho literário em uma tática de resistência a esse cenário. Desse esforço resultou como produto um minicurso de extensão na área de Educação Ambiental, inserido no Projeto de Extensão “A Contemplação da Paisagem: Turismo, Urbanismo e Yoga” da UNIRIO (Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro). Nesse minicurso tivemos como público alvo os discentes da UNIRIO e membros da comunidade. O evento teve seis horas de duração divididas, em dois encontros. Nessa ocasião os conceitos e discussões anteriormente propostos foram desenvolvidos. Com isso acreditamos que o curso possibilitou aos cursistas superarem a posição de “espectadores da crise ambiental” na qual estamos inseridos, passando a atuar como agentes históricos críticos e ativos na busca por soluções para a referida crise.

Palavras-chave: Justiça Ambiental; Injustiça Ambiental; Carolina Maria de Jesus; Resistência; Conscientização Ambiental.

ABSTRACT

The present work aimed at the analysis and reflections around contemporary socio-environmental issues that are related to the discussions on Environmental Justice and Injustice. To do so, we started with the works of Carolina Maria de Jesus looking for the way in which the author perceives environmental injustice in the space in which she lives and how she transforms her literary work into a tactic of resistance in this scenario. This effort resulted in an extension course in the area of Environmental Education as part of the Extension Project "Landscape Contemplation: Tourism, Urbanism and Yoga" at UNIRIO (Federal University of the State of Rio de Janeiro). In this short course we had as target audience UNIRIO students and members of the community. The event lasted six hours, divided into two meetings. On that occasion, the previously proposed concepts and discussions were developed. With this, we believe that the course enabled participants to overcome the position of "spectators of the environmental crisis" in which we are inserted, starting to act as critical and active historical agents in the search for solutions to the referred crisis.

Keywords: Environmental Justice; Environmental Injustice; Carolina Maria de Jesus; Resistance; Environmental awareness.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	8
1. INTRODUÇÃO	10
2. OBJETIVO GERAL E ESPECÍFICOS	12
3. CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS	13
3.1 Parâmetros Pedagógicos	13
3.2 Justiça e Injustiça Ambiental	20
3.3. Pensando o Espaço	30
4. METODOLOGIA	32
5. ARTE, LITERATURA E RESISTÊNCIA: A OBRA DE CAROLINA MARIA DE JESUS	35
5.1 A Literatura como Tática de Resistência.....	35
5.2 A Vida no Canindé: A Percepção da Injustiça Ambiental.....	37
6. O PRODUTO.....	49
6.1 A Extensão Universitária	49
6.2 Descrição do Produto.....	53
6.3 Resultados Dos Questionários Avaliativos.....	57
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	60
8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	64
APÊNDICES	66
ANEXOS	78

APRESENTAÇÃO

Desde o início de minha formação acadêmica meu interesse se voltou para as questões de gênero e para a História das Mulheres. Em minha condição de mulher, mãe e brasileira sempre procurei entender os papéis atribuídos àquelas com as quais me identificava por nossa sociedade. Esse interesse ganhou forma em minha monografia de fim de curso, na qual estudei a inserção da mulher na Guarda Municipal de Volta Redonda. Nesse trabalho defendi a hipótese de que a imagem da mulher foi introduzida na instituição com o propósito de amenizar a truculência e a violência características da mesma.

Imediatamente após a conclusão de minha licenciatura em História passei a militar na Educação Básica, em um primeiro momento na rede pública e posteriormente na rede privada. O contato com os alunos aguçou meu interesse por aquilo que, desde a graduação, me encantava. Esse convívio ampliou minha percepção da violência e da discriminação a que a mulher está submetida em nosso país. À constatação dessa forma de discriminação incorporaram-se outras, como a discriminação e o preconceito racial, fazendo com que meu interesse pelas questões étnico-raciais fosse crescendo a cada dia.

Esse interesse por tudo que envolve o preconceito de gênero e racial se adensou em meus estudos de pós-graduação. Em um primeiro momento desenvolvi a pós-graduação lato sensu em História do Brasil, onde dei continuidade ao trabalho realizado na graduação. Daí resultou uma monografia e um artigo onde novamente abordei a questão da criação de um quadro feminino na Guarda Municipal de Volta Redonda.

Posteriormente desenvolvi outros estudos na Universidade Federal Fluminense. O primeiro foi uma nova pós-graduação lato sensu, dessa vez em “Planejamento, Implementação e Gestão da Educação a Distância”. Minha segunda experiência nessa instituição foi bem mais próxima às temáticas que sempre acalentei. Ela correspondeu a um curso de aperfeiçoamento, de 210 horas de duração, versando sobre a “Política de Igualdade Racial no Ambiente Escolar”. Nessa oportunidade pude refletir e debater com maior vigor e profundidade questões que me sensibilizavam por longo período e com as quais me defrontava em minhas práticas como educadora, mulher e cidadã.

Paralelamente a tudo isso via crescer, infelizmente, a passos largos a crise ambiental em nosso planeta. Percebia também que os esforços voltados para refletir e buscar soluções para essa problemática estavam muito aquém do que a emergência dela exigia e exige. Esses questionamentos e aflições tornaram-se ainda mais prementes com meu trabalho no Ensino Superior. Nele ministrei disciplinas como a de “Estudos Socioantropológicos” e “Responsabilidade Socioambiental”, onde a temática ambiental tem considerável protagonismo. Foi assim que cheguei ao MECSMA.

Foi numa tentativa de reunir todas essas reflexões, interesses e preocupações que construímos nosso objeto de estudos. Para tanto elegemos como nosso objeto a obra da escritora Carolina Maria de Jesus, buscando na mesma a produção de táticas de resistência e a construção de uma consciência ambiental em espaços configurados pela injustiça ambiental. Nossos primeiros contatos com a referida autora se deram pelo fato de, como já demonstramos, termos grande preocupação e interesse pelas questões de gênero e, em especial, pelo trabalho e militância da mulher na superação de sua condição de minoria social. Nesse sentido a obra de Carolina de Jesus nos despertou grande interesse, posto que a autora além de mulher era negra e “favelada”. No momento em que passamos a trabalhar dentro das linhas de pesquisa desenvolvidas no MECSMA vislumbramos os diversos pontos de contato entre as discussões e análises das questões ambientais com a trajetória e a produção de Carolina. Partindo daí é que produzimos a dissertação que agora apresentamos.

1. INTRODUÇÃO

Diante da crise ambiental que estamos vivenciando, não só no Brasil, mas no mundo, faz-se necessário dar visibilidade à mesma para que as pessoas consigam entender o processo histórico em que essa crise foi produzida, bem como para que seja possível perceber seus desdobramentos em nosso cotidiano. Entendemos que ao dar visibilidade às questões socioambientais contemporâneas, dentre elas a justiça ambiental, é possível despertar em cada um a consciência do seu papel como parte importante do meio ambiente. A partir do estabelecimento da conscientização, o cidadão ou cidadã é capaz de atuar como um agente histórico crítico e ativo e não apenas como um espectador da crise ambiental.

Nesse sentido, entendemos que a Educação Ambiental é um bom caminho para iniciarmos a formação de agentes históricos críticos e ativos capazes de buscar soluções para a referida crise. O ideal seria que tais questões fossem abordadas desde a educação infantil, porém, infelizmente, isso não ocorreu na frequência necessária. Segundo Loureiro (2012), somente na década de 1990 foram observadas as primeiras ações concretas e de maior envergadura do MEC, voltadas para a formação de professores nessa área. Mesmo assim o Meio Ambiente só adquiriu o status de tema transversal nos Parâmetros Curriculares Nacionais.

Em 1999 foi criada a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA). Através dela foram instituídos os princípios básicos e os objetivos fundamentais para a Educação Ambiental, o que contribuiu para universalizar a Educação Ambiental nas escolas. Ainda segundo Loureiro (2012), em 2006 foi realizada uma pesquisa que constatou que 96% das escolas brasileiras declaravam realizar a Educação Ambiental através de projetos, tratando-a como tema transversal e inserindo-a em seu projeto político pedagógico. Diante da pesquisa é possível perceber que na Educação Básica a “Educação Ambiental” chega de forma tímida e em forma de projetos, não constando como disciplina obrigatória no currículo. A partir da década de 2000 acontece um avanço na produção de pesquisas em Educação Ambiental bem como em programas de pós-graduação em educação (LOUREIRO, 2012).

Tal fato deixou, historicamente, uma grande lacuna na educação da geração que hoje está cursando uma graduação e em breve atuará no mercado de trabalho. Assim entendemos que cabe às universidades cumprir o papel de suprir essa lacuna, corrigindo tal distorção. É com esse objetivo que demos a esse trabalho o

formato de um minicurso de extensão. Isso foi oferecido aos discentes da UNIRIO e membros da comunidade, junto ao projeto “A contemplação da paisagem: Turismo, Urbanismo e Yoga”, coordenado pela Prof^a Dr^a Vera Lucia Borgea Borges. Um dos propósitos desse projeto é pensar e discutir, a partir de uma perspectiva transdisciplinar, a paisagem urbana nos diversos matizes que a caracterizam. Tal dimensão permitiu e justificou a inserção de nosso minicurso entre os eventos realizados no âmbito do referido projeto. Isso porque através da análise da obra de Carolina de Jesus conseguimos vislumbrar uma série de elementos e dimensões presentes na conformação histórica de regiões periféricas da cidade de São Paulo.

Para abordar esse objeto promovemos uma revisão bibliográfica nas áreas de extensão, educação de adultos e justiça ambiental. Como temos a proposta de um curso de extensão, precisamos conhecer qual é a função, o objetivo, o que determina a lei e o contexto histórico que surgiu a extensão como um dos três pilares da universidade e assim elaborar uma proposta que atenda seus anseios. Tendo como público alvo pessoas adultas consideramos também necessário compreender como ele alcança o aprendizado. Para tanto lançamos mão da andragogia e da educação freiriana como fundamentação para caminhar por esse terreno.

Com esse propósito estruturamos nossa dissertação, assim como nosso produto (o minicurso de extensão), a partir de dois recortes básicos. Em um primeiro momento buscamos retirar da obra de Carolina de Jesus elementos que evidenciem sua percepção do espaço em que vive – o Canindé – e que, ao mesmo tempo, demonstrem os níveis de Injustiça Ambiental que caracterizam o mesmo. No segundo recorte buscamos, também na obra dessa escritora, elementos que permitam constatar as táticas que ela produz diante das estratégias de dominação a que ela está submetida e que se materializam em seu espaço.

2. OBJETIVO GERAL E ESPECÍFICOS

Geral

Analisar obra de Carolina Maria de Jesus buscando demonstrar como a autora utiliza a produção artística e literária como uma tática de resistência à injustiça ambiental inerente ao meio em que está inserida.

Específicos

- Discutir a literatura, na obra da escritora Maria Carolina de Jesus, como um espaço de resistência a uma possível Injustiça Ambiental;
- Propor a Extensão Universitária como um espaço relevante na construção do conhecimento acadêmico;
- Criar um Curso de Extensão sobre Educação Socioambiental, por intermédio da literatura, tendo a Andragogia como centralidade da proposição educativa;
- Investigar as táticas de resistência e sua relação com a justiça ambiental a partir das obras de Carolina Maria de Jesus;
- Criar um curso de extensão privilegiando a noção de táticas dos sujeitos praticantes, de modo a perspectivar possíveis práticas que promovam a Justiça Ambiental;

3. CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS

3.1 Parâmetros Pedagógicos

Considerando que um dos propósitos de nosso trabalho é a elaboração de um curso de extensão voltado para um público no qual os jovens e adultos são a maioria, entendemos que a Andragogia deve funcionar como um de nossos principais sustentáculos teóricos. Assim, tecemos a seguir algumas considerações sobre a teoria andragógica.

No século XIX o professor alemão Alexandrer Kapp criou o termo “andragogia” pensando na Educação de Adultos, seus estudos assentavam-se na filosofia educacional do filósofo e matemático grego Platão, do século V aC. (BARROS, 2018). Em seu livro “Ideias Educacionais de Platão”, Kapp (apud. BECK, 2015) ressalta que para ocorrer a aprendizagem, o adulto precisa da autorreflexão e objetivos claros de aprendizagem. Precisa também identificar quais conhecimentos são capazes de agregar valores pessoais e profissionais, fazendo-o sentir interesse em continuar aprendendo ao longo da vida.

A aprendizagem contínua do adulto aconteceria a partir da reflexão sobre a própria experiência de vida e formação profissional. Beck em seu artigo “A história da Andragogia” aponta que o objetivo de Kapp para esse espaço acadêmico era:

[...] Convencer que o corpo docente deveria atualizar-se quanto às didáticas utilizadas nos ensinos superiores, priorizando as experiências dos aprendizes e fugindo dos métodos convencionais de ensino, onde o educador ensina com método que o mesmo considerava “engessado” e de pouca absorção, uma vez que o aluno adulto possui outras necessidades do aluno criança ou adolescente (BECK 2015).

O que Kapp questionava era a aplicabilidade do método convencional, usado desde o século VII na Europa, para o ensino dos adultos. A metodologia convencional foi criada para as escolas monásticas ou as catedrais para o ensino e doutrinação dos meninos, que ainda não havia se tornados adultos. Tinham como objetivo a formação religiosa, mas aprendiam à gramática, física e outras disciplinas. Dessas experiências foram criados pressupostos sobre aprendizagem que resultaram em metodologias denominadas de “pedagogia”. Embora Kapp tenha tentado introduzir os conceitos andragógicos nos centros acadêmicos, não foi bem aceito nesse momento e acabou caindo em desuso (BARROS, 2018).

No século XX encontramos dois educadores fundamentais para a história da Andragogia e a aplicação dessa metodologia nas instituições de ensino. Eugem Rosenstock-Huessy foi um educador, filósofo, historiador e jurista alemão que se dedicou a estudar e escrever sobre a andragogia. Podemos considerá-lo como um “andragogo”. Primeiro a aplicar esses conceitos em sala de aula, tornou-se referência para muitos educadores de adultos, sendo seus conceitos, inclusive, usados para treinar profissionais que iriam para Primeira Guerra Mundial (BECK 2015). Segundo Caio Beck, Rosenstock:

Acreditava que os alunos adultos e os trabalhadores aprendiam a partir da sua experiência de trabalho e que a tarefa do professor era envolver essas experiências externas dentro do processo educativo. [...] os alunos deveriam ser tratados de maneira igual pelos professores, ao invés de uma “hierarquia”. (BECK 2015).

O outro educador fundamental do século XX é o Eduard Christian Lindeman, andragogo, estadunidense que ficou conhecido por seu trabalho com operários alemães, sendo considerado importante intelectual de esquerda da década de 1920. Em 1926 foi para a Alemanha desenvolver estudos para práticas educacionais na Academia do Trabalho de Frankfurt e acabou tendo contato com a Educação de Adultos. A essa altura a Educação de Adultos, na Alemanha, já vinha sendo discutida por alguns autores. Isso porque o fim da Primeira Guerra trouxe uma demanda específica: encontrar formas de fazer o trabalhador alemão se envolver na reconstrução da nação (BECK 2015).

Para Lindeman a tarefa não era equilibrar teoria e prática, mas “transformar a teoria”. Tal transformação começaria pelos “professores de adultos que deveriam demonstrar que eles eram colaboradores, conscientes de que não poderiam transmitir a educação, e sim, despertar a possibilidade de aprendizagem nos alunos” (BECK 2015). Como Rosenstock, entendia que o adulto levava para a sala de aula sua experiência, mas percebeu que levava algo mais – sentimentos como o desejo, dor, culpa e curiosidade, o que o diferenciava da criança.

Dizia que a educação de adultos cresce nos túmulos daqueles sonhos em formação que não amadureceram, por isso tudo que trazia para a sala de aula seus desejos, sentimentos e experiências que não poderiam ficar despercebidos. Defensor do trabalho em grupo e da organização comunitária foi uma voz importante para trabalho social norte-americano na década 1930. Em 1927 publicou artigo com

Martha Anderson, “Educação através da experiência”, que é considerado um dos trabalhos mais impressionantes sobre a Educação de Adultos.

Esse trabalho popularizou o termo Andragogia, criado por Kapp na Alemanha em 1883 (BECK 2015). Lindeman relacionou-se por um período com o estadunidense Malcolm Knowles. Esse contato foi muito importante para o amadurecimento de suas ideias tornando-o, mais tarde, um grande nome da Educação de Adultos chegando mesmo a ser visto como o pai da Andragogia. Knowles foi filósofo, historiador e cientista político. Sua grande contribuição foi seu “Modelo Teórico” que popularizou os conceitos andrágogicos entre as décadas de 1950-1970.

As discussões de EA (Educação de adultos) ganharam notoriedade no século XX, principalmente no Leste europeu e nos Estados Unidos, o que introduziu o tema no círculo dos debates internacionais (BARROS 2018). Knowles tornou-se figura central na Educação de Adultos nos Estados Unidos. A rápida expansão da oferta educativa direcionada aos adultos estimulou a busca por procedimentos educativos mais adequados a esse público. As investigações realizadas na época tiveram a influência da psicologia, para compreender as características individuais dos adultos e direcionar para estratégias educativas visando atender suas demandas.

Barros (2018) ressalta o contraste e o antagonismo de Knowles entre a “Pedagogia” e a “Andragogia”, ele desvinculou a Educação de adultos da pedagogia. A etimologia da palavra pedagogia – cuja origem reside na derivação grega dos termos paid (que significa criança) e eva d (que significa conduzir ou indicar o caminho) – evidencia esse contraste, uma vez que os termos añer e andr, próprios da andragogia, significam adulto. Para ele a Pedagogia seria a “arte e ciência de ensinar crianças” e a Andragogia a “arte e ciência de ajudar adultos” (BARROS, 2018).

Para Knowles as crianças podiam ser ensinadas, mas os adultos, não. Teriam que ser “ajudados”, direcionados devido as suas diferenças. A mudança do sentido, “ensinar” para “ajudar” foi considerado um interessante salto semântico (BARROS 2018). O adulto aprende de forma diferente das crianças e por isso os educadores deveriam utilizar os conceitos andrágogicos para facilitar o processo de aprendizagem. Como recurso principal para os educadores, criou um Fluxo de Aprendizagens Andrágogicas com cinco etapas (BECK 2017):

- Clima de aprendizado – O educador deve estabelecer um ambiente físico ideal que deixe o aluno adulto confortável e à vontade, um clima psicológico, que faz com que os alunos adultos se sintam aceitos e respeitados para poderem opinar, criticar e se expressar sem medo de punição ou de serem expostos ao ridículo.
- O diagnóstico das necessidades – o educador precisa diagnosticar as necessidades de aprendizagem, envolvendo os alunos adultos no processo de ensino-aprendizagem, ou da orientação-aprendizagem.
- O processo de planejamento – o educador de adultos deve elaborar um plano de experiências de aprendizagem junto com os alunos. De acordo com Malcolm Knowles é natural do ser humano comprometer-se com uma decisão (ou atividade) na medida em que eles tenham participado do planejamento.
- Condução das experiências de aprendizagem – a responsabilidade em sala de aula passa a ser tanto do educador como dos alunos adultos. Na verdade, o educador acaba se tornando responsável por apresentar os processos, técnicas de aprendizado e sugestão de materiais adequados que possam facilitar no processo de aprendizagem.
- Avaliação da aprendizagem – o educador dedica sua energia em sala de aula para ajudar os alunos adultos a obter provas para si sobre o progresso que eles estão fazendo em relação a seus objetivos educacionais. A avaliação deve ser um mútuo compromisso, entre educador e o aluno adulto, com o propósito de comparar a eficiência das atividades de ensino-aprendizagem e os ganhos (ou não) de experiências e desenvolvimento de competências. Knowles defendeu, também, cinco pressupostos para a estrutura de seu modelo Teórico com características essenciais do aluno adulto (BECK 2015):
 - Autonomia: o adulto sente-se capaz de tomar suas próprias decisões (auto administrar-se) e gosta de ser percebido e tratado como tal pelos outros.
 - Experiência: a experiência acumulada pelos adultos oferece uma excelente base para o aprendizado de novos conceitos e novas habilidades.
 - Prontidão para a Aprendizagem: o adulto tem maior interesse em aprender aquilo que está relacionado com situações reais de sua vida.

- Aplicação da Aprendizagem: as visões de futuro e tempo do adulto levam-no a favorecer a aprendizagem daquilo que possa ter aplicação imediata, o que tem como corolário uma preferência pela aprendizagem centrada em problemas em detrimento de uma aprendizagem centrada em áreas de conhecimento.
- Motivação para Aprender: os adultos são mais afetados pelas motivações internas que pelas motivações externas. Vale lembrar que as motivações externas estão ligadas seja ao desejo, seja de obter prêmios ou compensações, seja ao desejo de evitar punições; motivações internas estão ligadas aos valores e objetivos pessoais de cada um.

Ao desenvolver o produto que resultou de nossa pesquisa, objetivamos produzir um minicurso de extensão universitária que possui um público específico no qual os jovens e adultos correspondem à maioria. Nesse sentido entendemos que não podíamos deixar de considerar o pensamento do teórico educador brasileiro e pernambucano Paulo Freire. Patrono da educação brasileira, considerado um dos mais notáveis pensadores da história da pedagogia no mundo, utilizou uma linguagem própria e influenciou o movimento chamado “pedagogia crítica”.

Sua notoriedade começou a ser evidenciada quando, na década de 1960, estabeleceu uma meta ousada: alfabetizar adultos em quarenta dias no nordeste do Brasil, que nesse período contabilizava, aproximadamente, 15 milhões de analfabetos. Segundo Beck (2016) “a primeira experiência foi realizada com 300 trabalhadores rurais, sem acesso à escola, e que formavam um grande contingente de excluídos da participação social”. Sua preocupação se diferia em alguns aspectos dos demais pensadores da EA, já citados nesse trabalho, pois, além do processo de aprendizagem dos adultos voltada para suas experiências, tinha preocupação em desenvolver a formação político-crítico de seus “educandos”, termo usado por Freire para referir-se aos alunos.

A teoria freiriana propunha uma educação problematizadora e ao mesmo tempo libertadora, assentada em dois eixos a dialogicidade e a politicidade. Em sua obra “Pedagogia do Oprimido” ele dedicou o capítulo 3 e 4 para abordar ação dialógica e antidialógica se referindo a “educação bancária, onde inexistente o diálogo, o professor deposita o conhecimento como se o educando não chegasse trazendo em si seus conhecimentos, sentimentos e vivências.

Ilustrando seu pensamento, dizia que os alunos não são uma lata vazia para ser enchida pelo professor. É na ação dialógica que acontece a pedagogia de libertação, onde o ser humano torna-se autônomo em seus pensamentos, ações e pode se pronunciar, fazer-se ouvir e atuar. Freire nos salienta que:

“O diálogo é este encontro dos homens, imediatizados pelo mundo, para pronunciá-lo, não se esgotando, portanto, na relação eu-tu. Esta é a razão por que não é possível o diálogo entre os que querem a pronúncia do mundo e os que não querem; entre os que negam aos demais o direito de dizer a palavra e os que se acham negados deste direito” (FREIRE, 2005, p. 91).

Barros (2018) ao falar da educação freiriana ressalta que essa é pensada como um conceito dinâmico e eminentemente humano, realizado por um sujeito que interatua com outros sujeitos e com o mundo num processo de construção do conhecimento que é subjetivo e dialógico. Diante da importância que é o diálogo, a troca de necessidades e conhecimentos na EA, seria necessário que os conteúdos programáticos dos cursos direcionados a eles, não fosse estabelecida pela escola, mas construídos numa ação mediatizada entre os educandos e educadores atendendo o contexto social-político-econômico-cultural dos educandos.

Freire não queria só alfabetizar esses adultos excluídos, pretendia despertar o ser político que deve ser sujeito de direito, no sentido de que cada indivíduo faz parte da construção da história e da sua própria história. Desenvolveu um método de alfabetização assentado nas “experiências de vida” dos educandos, estudava suas realidades e o contexto em que viviam, sempre respeitando seus conhecimentos e cultura. Analisando como o adulto aprendia, ou não aprendia, percebeu que era necessário ensinar o adulto a ler seu próprio mundo (BECK 2016).

Então, a alfabetização deveria ser a decodificação dos códigos linguísticos, ou seja, não era o suficiente saber ler e escrever, era importante fazer uso social e político desse conhecimento para a vida. No método tradicional, normalmente a criança aprende frases como: Eva viu a uva. Para ter significado e despertar interesse do adulto devia explicar quem era Eva, quem plantou a uva, quem iria comer a uva e outros questionamentos que se relaciona com a vivência do educando.

Usava palavras do cotidiano no aluno, que as chamou de “palavras geradoras”. Por exemplo, um trabalhador de fábrica podia aprender “tijolo”, “cimento”

e um agricultor “cana”, “enxada”, “terra”, “colheita”, palavras que teriam significado para ele, pois faziam parte do seu mundo de trabalho. Dizia que só me educo quando o que aprendo tem significado para mim. Em ambos os casos, a partir das palavras geradoras iam se construindo novas palavras, ampliando seu repertório e a compreensão de mundo.

A politicidade é o outro eixo da teoria freiriana que iremos discutir. Ela está presente na pronúncia da palavra, ou seja, na ação dialógica. Por isso podemos afirmar que todo ato educativo, fundamentado no diálogo e na ação reflexiva da práxis é um ato político que resulta no compromisso social de transformação e libertação de uma pessoa. Uma educação de consciência ingênua e reprodutora, longe da consciência crítica, torna-se massificadora e manipuladora das consciências. Freire diz que:

“A consciência crítica é a representação das coisas e dos fatos como se dão na existência empírica. Nas suas correlações causais e circunstâncias. A consciência ingênua se crê superior aos fatos, dominando-os de fora e, por isso, se julga livre para entendê-los conforme melhor lhe agrada. A consciência mágica, por outro lado, não chega a acreditar-se superior aos fatos, dominando-os de fora, nem se julga livre para entendê-los como melhor agrada. Simplesmente os capta, emprestando-lhes um poder superior, que a domina de fora e a que tem, por isso mesmo, de submeter-se com docilidade. É próprio desta consciência o fatalismo que leva ao cruzamento de braços à impossibilidade de fazer algo diante do poder dos fatos, sob os quais fica vencido o homem”. (2007, p.113).

Paulo Freire vê a autonomia como emancipação do homem, por isso a considerava libertadora. Sinaliza alguns caminhos para que o educando alcançasse a sua autonomia. Primeiramente pela atuação da práxis do docente e do discente, a consciência do conhecimento inacabado, o estímulo a pesquisa que tem o intuito de levá-lo até o conhecimento de seu interesse, o respeito à individualidade do educando, onde o docente respeita tudo que cada educando traz, para então, aplicar o conhecimento em cima do interesse do mesmo.

Todos os fatos resultam na autonomia tanto do educando quanto do educador, os dois são transformados em pesquisadores críticos pela forma que se constrói o conhecimento. O indivíduo cria suas próprias representações do mundo, pensa estratégias para resolução de problemas e aprender a compreender-se como sujeito da história. Por isso Freire dizia que, primeiro o homem aprende e depois descobre que pode ensinar o saber aos outros. É uma relação dinâmica entre o que

ensina e o que aprende e ao mesmo tempo quem ensina aprende na relação dialógica.

O grande legado que ele nos deixou é de entender a educação como espaço de transformação social, que nos ajuda não só a ler a história, mas sermos também escritores da história. Esse caráter político, libertador, autônomo, conscientizador é o diferencial da metodologia de Paulo Freire dos demais métodos apresentados para EA.

3.2 Justiça e Injustiça Ambiental

Os primeiros grandes debates que ocorreram na década de 1980 e 1990 sobre as questões ambientais estavam voltados para a proteção do meio ambiente, no entanto, desvinculados das questões econômicas e sociais (ACSELRAD, 2010). Essas questões não poderiam ser deixadas de lado, pois delas se desenvolveriam mecanismos redistributivos, participativos e compensatórios. Segundo uns dos principais teóricos da Justiça Ambiental no Brasil, Henri Acselrad, seria a partir de tais questões que se poderia enfatizar a construção de uma sociedade mais justa e democrática.

Nesse contexto o pensamento dominante tinha como principal problema ambiental, o desperdício ou a escassez de matéria e energia. Cabia então, a chamada “modernização ecológica” que se voltava para a lógica econômica que atendia aos anseios do mercado, a partir do ideário neoliberal (ACSELRAD, 2009). Atribuiu-se ao mercado a responsabilidade de resolver a questão da degradação ambiental, economizando o meio ambiente. Tal postura, na verdade, apenas retardava o problema e abria o mercado para novas tecnologias ditas limpas. Essa prática garantia o ganho de eficiência e ativava o mercado (ACSELRAD, 2002), ou seja, não geraria nenhum prejuízo econômico. É importante destacar que nessa visão a distribuição dos riscos ambientais era considerada “democrática”.

Embora essas preocupações tenham ganhado maior escopo entre os anos 1980 e 1990, suas origens são mais antigas. Percebe-se a sua presença nos movimentos de luta em torno das questões que envolviam os direitos civis e sociais nos Estados Unidos, ao final dos anos 60. Os agentes envolvidos nesses debates combatiam as condições precárias de saneamento, a contaminação química em

locais de moradias e trabalho, além da acomodação de lixo tóxico e perigoso em determinadas regiões. Deixavam evidente que não existia a equidade geográfica, isto é, que a distribuição dos impactos ambientais negativos não ocorria de forma democrática, mas “desigual”. (ACSELRAD, 2009). Podemos constatar a preocupação por essa questão no discurso de Martin Luter King, representante da luta pelos Direitos Civis, em 1968, no Estado do Tennessee, na cidade Memphis. Em seu pronunciamento fazia defesa dos coletores de lixo que eram expostos a sérios perigos de saúde (AQUINO in: CUNHA, 2016).

A partir da década de 1970, nos Estados Unidos, o movimento ambientalista se fortaleceu, originando as primeiras leis de proteção ao Meio Ambiente. Essas leis, entretanto, eram favoráveis ao pensamento dominante. O resultado foi o posicionamento das minorias raciais em protestos que criticaram o movimento ambientalista e a legislação, por toda essa década, acusando-as de classistas. Sua luta se justificava pelas ações dos governos estaduais e locais, que respaldados nas referidas leis, autorizavam a abertura de aterros de resíduos perigosos próximo aos bairros de população negra (PEGADO 2016).

Ainda nessa década, nos chama atenção a presença ativa dos sindicatos preocupados com a saúde ocupacional. Destacaram-se também os grupos ambientalistas e as organizações de minorias, que lutavam pelas questões ambientais urbanas, e em prol do combate ao descarte do lixo tóxico e perigoso em áreas residenciais, principalmente naquelas em que predominavam moradores negros.

Vale ainda mencionar o surgimento de estudos que fortaleceram essas lutas, pois apontavam para a distribuição espacial desigual da poluição associando-a a raça da população. Mesmo com todas essas evidências, segundo Acsehrad (2002), não conseguiram mudar a agenda pública ambiental tradicional.

O movimento por justiça ambiental se consolidou nos anos de 1980 com caráter social, territorial, ambiental e de direitos civis, a partir da experiência concreta de luta de base. Nessa conjuntura a justiça ambiental alcançou a condição de questão central na luta pelos direitos civis. Segundo Aquino o marco inicial para crescimento do movimento por justiça ambiental nos Estados Unidos aconteceu em 1982, na comunidade de Afton, no condado de Warren, estado da Carolina do Norte:

A população, formada por 84% de negros, decidiu protestar contra a decisão do governador que decidira implantar um depósito para resíduos de policlorobifenilos. O protesto pacífico ganhou apoio nacional, mas não foi o suficiente para mudar a decisão do governador, quinhentas pessoas chegaram a ser presas, incluídas algumas colegas de Martin Luter King do movimento por direitos civis. (Aquino p. 312, in: Cunha, 2016).

A população organizou protestos nos quais manifestantes chegaram a deitar na frente dos caminhões carregados de resíduos perigosos para impedir sua passagem. O movimento foi reprimido pelo estado e quinhentas pessoas foram presas por lutarem por seus direitos. O movimento não alcançou seu objetivo: evitar a implantação do depósito que contaminaria a rede de abastecimento de água da cidade. Porém a luta travada em prol dessa questão trouxe visibilidade nacional para o fato e a percepção que o critério racial estava presente na escolha da localização do depósito. A população de Afton era composta de 84% de negros; o condado de Warren, de 64% e o estado da Carolina do Norte, de 24%. Segundo Acselrad tais evidências, estreitaram as convergências entre o movimento dos direitos civis e dos direitos ambientais (2002).

Em 1983 surgiu uma pesquisa motivada pelo caso Afton que reforçou o movimento por justiça ambiental. A U.S. General Accounting Office (GAO) agência independente e apartidária que prestava serviço para o Congresso dos EUA, mapeou os aterros comerciais de resíduos perigosos na Região 4 (composta por 8 estados do sudeste do país). Segundo o sociólogo, estadunidense Robert Bullard, um dos primeiros autores a pesquisar sobre o tema do racismo ambiental, o estudo comprovou que 75% dos aterros estavam localizados em comunidades afro-americanas (BULLARD, in: ACSELRAD, 2004).

Acselrad afirma que um momento crucial dessa experiência foi a pesquisa realizada por Bullard em 1987. O estudo comprovou a injustiça ambiental sofrida por essas comunidades nos Estados Unidos. Tal estudo foi encomendado pela Comissão de Justiça Racial da United Church of Christ (UCC), uma igreja protestante de referência dos EUA. O “Toxic, Wastes and Races” (Resíduo, Tóxico e Raças), foi um estudo voltado para a relação entre os fatores demográficos que influenciavam nas escolhas locais para as instalações de manipulação de resíduos (RAMMÊ, 2002). Bullard nos chama atenção para o resultado da pesquisa, ao concluir que a questão racial era a variável mais determinante na escolha do local onde seriam instalados os depósitos de rejeitos perigosos, superando a questão da

pobreza, o valor da terra e a propriedade de imóveis (BULLARD, in: ACSELRAD, 2004).

Esse contexto de lutas por direitos civis e contra o descarte de lixo tóxico e perigoso nas comunidades negras forjou o conceito de “racismo ambiental”. Nesse sentido muito colaboraram os estudos que comprovaram que as áreas de população negra nos Estados Unidos eram mais afetadas do que as de população com baixa renda. Ficava evidente a produção das desigualdades ambientais pela atuação do mercado e das agências governamentais de forma discriminatória, identificadas em políticas públicas ambientais que afetavam de forma desigual as comunidades afroamericanas.

A expressão “racismo ambiental” foi cunhada pela primeira vez quando o reverendo Benjamin Chavis, da UCC, divulgou publicamente os resultados do estudo. Com a definição do racismo ambiental, fomentaram-se no cenário político norte-americano as discussões mais intensas quanto à relação entre raça, pobreza e poluição. Segundo Bullard, o racismo ambiental é, portanto, uma forma de discriminação institucionalizada, que opera principalmente onde grupos étnicos ou raciais formam uma minoria política ou numérica (BULLARD, in: ACSELRAD, 2004). Neste caso percebemos que se tratou de uma minoria de representação política incapaz de protegê-los.

Segundo Rammê (2012) o racismo ambiental é um discurso poderoso para o enfrentamento das injustiças ambientais diretamente vinculadas ao preconceito racial. Mas não servia para o enfrentamento de outras injustiças ambientais contemporâneas que estão desvinculadas da questão puramente racial. Acselrad ressalta em sua obra “Justiça Ambiental e Construção Social do Risco”, outros fatores que explicam a imposição desproporcional de rejeitos perigosos em áreas habitadas por minorias sociais.

Dentre os fatores explicativos de tal fato, foram alinhados a disponibilidade de terras baratas em comunidades de minorias e suas vizinhanças, a falta de oposição da população local por fraqueza organizativa e carência de recursos políticos, típicas das comunidades de minorias, a ausência de mobilidade espacial das minorias em razão de discriminação residencial e, por fim, a sub-representação das minorias nas agências governamentais responsáveis por decisões de localização dos rejeitos (p. 53, 2002)

É importante ressaltar algumas características dessas áreas, como também das populações que nela habitam. Acselrad sinaliza que nessas áreas as terras e imóveis são mais baratos, encontram-se grupos sociais pouco organizados, com uma representação política fraca, carência de conhecimento, resultando na ausência de preocupação ambiental e pessoas que são fáceis de serem manejadas. O que diminui a resistência e facilita a consolidação da injustiça ambiental.

Tudo isso não foi em vão, entre os dias 24 a 27 de outubro de 1991 em Washington, acontece a I Cúpula Nacional de Lideranças Ambientais de Povos de Cor. Compareceram cerca de mil pessoas no evento entre eles: grupos comunitários, organizações trabalhistas, representantes indígenas, feministas, igrejas e intelectuais no enfrentamento do “racismo ambiental” como forma de racismo institucional (ACSELRAD, 2002). Todos com objetivo de fundir os problemas ambientais sofridos pelas minorias sociais e os direitos civis em uma mesma agenda, além, de despertar as entidades ambientalistas para lutar contra a desigualdade.

O resultado foi positivo. A cúpula de delegados elaborou uma lista com dezessete princípios que incorporava à pauta das minorias (comunidades ameríndias, latinas, afroamericanas e asioamericanas) que passou a nortear os movimentos por justiça ambiental dos Estados Unidos, como os de outros países. É importante destacar que os princípios tiveram uma maior abrangência do que o originalmente vinculado à luta contra o racismo ambiental e a contaminação tóxica. O evento se estendeu aos diversos grupos em condição vulnerável e alcançou questões de saúde pública liberdades políticas, economia e cultura (BULLARD, in: ACSELRAD, 2004).

O movimento por justiça ambiental passou a estar vinculado à influência do pensamento crítico dos movimentos de base envolvidos em situações concretas de enfrentamento. Criou-se uma definição da questão ambiental que incorporava suas articulações com as lutas por justiça social, pois entenderam que a “proteção ambiental era desigual”. Tal proposta impulsionou a reflexão sobre as relações entre risco ambiental, pobreza e etnicidade (ACSELRAD, 2009).

Acselrad destaca que justiça ambiental passou a ser compreendida como:

[...] o tratamento justo e o envolvimento pleno dos grupos sociais, independentes de sua origem ou renda, nas decisões sobre o acesso, a

ocupação e o uso dos recursos ambientais em seus territórios – alterou a configuração de forças envolvidas nas lutas ambientais ao considerar o caráter indissociável de ambiente e sociedade politizando a questão do racismo e das desigualdades ambientais. (ACSELRAD, p. 25, 2009).

Militantes de base e acadêmicos voltados para o movimento por justiça ambiental diagnosticaram problemas e estabeleceram princípios e estratégias de luta que foram importantes para que o movimento formasse uma Rede Nacional de lutas “solidárias”, capaz de reunir várias experiências. Vejamos os princípios:

- Poluição tóxica para ninguém – tornou-se um dos principais lemas do movimento. Era a luta para não permitir o deslocamento espacial da poluição, ou seja, a exportação da injustiça ambiental para bairros, cidades ou países mais pobres ou sem organização. Combatia o movimento Nimby, “não no meu quintal”, da corrente simplista da sociologia e do meio ambiente que defendia a ideia “para o quintal dos outros”. A rede nacional funcionava fechando o cerco para os empreendimentos ambientais perverso, frustrando seu intento sobre as populações mais fracas.
- Por um outro modelo de desenvolvimento – a consequência lógica da “poluição para ninguém” é contestar o modelo de desenvolvimento dominante que direciona a distribuição espacial da desigualdade ambiental. O movimento acredita que protegendo os despossuídos dos riscos ambientais, resistirá à degradação ambiental e impedindo que os impactos negativos sejam transferidos para os mais pobres. A economia dos recursos naturais (água, solo fértil e florestas) deve ser levada a discussão, mas em uma perspectiva de “justiça e democracia”. Pensando em que estaria sendo usados os recursos, para produzir o quê, para quem, para quais interesses, exemplo: para os latifundiários ou para produzir alimento? A partir de questionamentos como esses se pode elaborar outro modelo de produção e consumo.
- Transição justa – a preocupação se voltava para como fazer a transformação do modelo de desenvolvimento dominante de forma gradual para não afetar o emprego do trabalhador das indústrias poluentes ou que essas transferissem sua “fábrica suja” para países menos industrializados, mudando apenas de endereço. Diversos sindicatos de trabalhadores e centrais sindicais têm aderido

às redes de justiça ambiental na luta contra as más condições dos trabalhadores.

- Por políticas ambientais democraticamente instituídas – politização versus crença no mercado – o movimento identificou que a ausência de regulação sobre os agentes econômicos (empresas) do risco ambiental, favorece que esses procurem livremente as comunidades mais carentes para suas instalações danosas. Por isso é necessário conter o livre-arbítrio das agentes econômicos.

Aqui estão as Estratégias estabelecidas pelo Movimento por Justiça Ambiental contra a injustiça ambiental e social:

- Produção de conhecimento próprio – para evitar que o conhecimento científico atenda aqueles que pretendem reduzir as políticas ambientais a meras soluções técnicas, o Movimento de Justiça Ambiental estrutura suas estratégias de resistências na produção de conhecimento próprio com objetivos específicos.
- Pressão pela aplicação universal das leis – imbuída do princípio “poluição para ninguém” a estratégia fundamental é reivindicar a equidade na aplicação da lei. O cumprimento desigual da legislação tem sido uma condição básica para ocorrência da proteção ambiental desigual.
- Pressão pelo aperfeiçoamento da legislação de proteção ambiental – em alguns casos específicos é necessário criar leis que atendam necessidades ambientais relativas a determinados locais e características.
- Pressão por novas racionalidades no exercício do poder estatal – um dos grandes desafios para o movimento é mudar a cultura das entidades públicas responsáveis pela intervenção estatal sobre o meio ambiente. Voltadas para a intervenção técnica e pouco sensível às variáveis sociais e culturais do gerenciamento do risco ambiental.
- Introdução de procedimento de Avaliação de Equidade Ambiental – o Movimento tem elaborado avaliações de impactos ambientais voltados para

dimensões sócio-políticas e culturais como alternativa ao método tradicional técnico.

- Ação Direta – um movimento de contestação de base, semelhante ao Movimento por Diretos Civis nos anos de 1960, nos Estados Unidos. Questiona os empreendimentos e abre o debate para a pertinência de sua instalação ou não naquele território, que normalmente a população impactada não é consultada ou é parcialmente consultada.
- Difusão espacial do Movimento – As lutas por justiça ambiental de âmbito internacional são uma potente resistência organizada contra os efeitos perversos da mobilidade espacial do capital e dos interesses econômicos. O que vemos são os países e áreas mais ricas tendo normas rigorosas e os países e áreas mais pobres tendo normas frouxas. A difusão de Redes Nacionais de luta contra a injustiça ambiental vem crescendo cada vez mais, alcançando outras regiões e continentes, os ajudando a resistir (ACSELRAD, p.25 – 37, 2009).

Embora, o movimento por justiça ambiental no Brasil tenha sofrido grande influência do movimento dos Estados Unidos, aqui ganhou uma nova roupagem e passou a atender uma demanda específica, pertinente aos países denominados “Terceiro Mundistas” (RAMMÊ, 2016). Desvinculou-se do Racismo Ambiental, como no início do movimento por justiça ambiental, e passou a adotar um olhar marcado por uma maior complexidade.

Nos anos de 1990 o movimento por justiça ambiental ganha internacionalização. Podemos dizer que foi o início da expansão global do movimento por justiça ambiental. A mola precursora foi à divulgação pública assustadora do conteúdo do “Memorando de Summer” de circulação restrita do Banco Mundial em 1991. Esse memorando teve uma repercussão negativa para a instituição. O documento elaborado pelo economista chefe do Banco Mundial, Lawrence Summers, apontava três razões para que os países pobres fossem o destino dos polos industriais de maior impacto ao meio ambiente.

A primeira delas: o meio ambiente seria uma preocupação “estética”, típica dos países ricos; a segunda: os indivíduos mais pobres, na maioria das vezes, não vivem tempo suficiente para sofrer os efeitos da poluição ambiental; e a terceira: pela lógica econômica de mercado, as mortes em

países pobres têm um custo mais baixo do que nos países ricos, pois seus moradores recebem menores salários (ACSELRAD, p. 7 e 8, 2009).

O economista justificou-se posteriormente dizendo que se tratava apenas de uma espécie de exercício para provocar a discussão, tentando amenizar o mal-estar criado após a divulgação do documento (ACSELRAD, 2009). Velando as perversas e verdadeiras intenções de direcionar os empreendimentos econômicos mais danosos ao ambiente das regiões mais pobres.

Aquino (in: Cunha, 2016) nos chama atenção para a existência de uma forte desigualdade social identificada no Brasil, manifesta na baixa escolaridade, na existência de diversos grupos raciais e étnicos (povos indígenas e quilombolas), revelando a presença da injustiça ambiental no país. O movimento por justiça ambiental no Brasil, só começou se estruturar em junho de 1998, com a visita de alguns representantes do Movimento por Justiça Ambiental dos Estados Unidos na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). O evento promoveu o compartilhamento de experiências e estabeleceu relações dos visitantes com organizações brasileiras que se debruçavam no combate á injustiça ambiental no país (ACSELRAD, 2009).

Em 2001 percebemos o início do desenvolvimento do movimento por justiça ambiental no Brasil. Na UFF (Universidade Federal Fluminense) de Niterói foi organizado o Colóquio Internacional sobre Justiça Ambiental, Trabalho e Cidadania. Tinha o objetivo de ampliar o diálogo e a articulação entre sindicatos, movimentos sociais, ambientalistas e pesquisadores, no sentido de estimular o fortalecimento da luta por justiça ambiental no país (RAMMÊ, 2016).

O evento contou com a participação de representantes de movimentos sociais, ONGs, pesquisadores de diferentes regiões do Brasil, intelectuais, representantes do Movimento por justiça Ambiental dos Estados Unidos e do sociólogo Robert Bullard (responsável pelo primeiro mapa da desigualdade ambiental usando como base as denúncias realizadas pelos movimentos dos Estados Unidos).

Durante o colóquio foi criada a Rede Brasileira de Justiça Ambiental e um documento importante para nortear a luta do movimento brasileiro, a Declaração de Princípios da Rede Brasileira de Justiça Ambiental. Embora a inspiração tenha sido

a questão do racismo ambiental relativo ao lixo tóxico em comunidades negras dos Estados Unidos, o documento teve um espectro mais amplo de atuação. Ele definia o que era injustiça e justiça ambiental.

“(...) [entende-se por] injustiça ambiental o mecanismo pelo qual sociedades desiguais, do ponto de vista econômico e social, destinam a maior carga dos danos ambientais do desenvolvimento às populações de baixa renda, aos grupos raciais discriminados, aos povos étnicos tradicionais, aos bairros operários, às populações marginalizadas e vulneráveis”.

Por justiça ambiental, ao contrário, designamos o conjunto de princípios e práticas que:

a - Asseguram que nenhum grupo social, seja ele étnico, racial ou de classe, suporte uma parcela desproporcional das consequências ambientais negativas de operações econômicas, de decisões de políticas e de programas federais, estaduais, locais, assim como da ausência ou omissão de tais políticas;

b - asseguram acesso justo e equitativo, direto e indireto, aos recursos ambientais do país;

c - asseguram amplo acesso às informações relevantes sobre o uso dos recursos ambientais e a destinação de rejeitos e localização de fontes de riscos ambientais, bem como processos democráticos e participativos na definição de políticas, planos, programas e projetos que lhes dizem respeito;

d - Favorecem a constituição de sujeitos coletivos de direitos, movimentos sociais e organizações populares para serem protagonistas na construção de modelos alternativos de desenvolvimento, que assegurem a democratização do acesso aos recursos ambientais e a sustentabilidade do seu uso” (DECLARAÇÃO DE PRINCÍPIOS, 2001).

Segundo Pegado (2016) o local influencia por completo como determinado movimento nasce e se estrutura. E o Brasil foi marcado por um desenvolvimento expansionista, privatista e com privilégios de determinado grupos sociais que vai requerer uma demanda pela luta social que vem atender as necessidades das populações vulneráveis e excluídas de tais privilégios.

Pelos fatores expostos, concluímos que a década de 1990 trouxe grande significado para nossos estudos, vinculados à análise da obra da escritora Carolina de Jesus. A partir das novas discussões, principalmente as que acontecem aqui no Brasil, construíram-se marcos importantes e capazes de identificar a produção de táticas de resistência e a produção de uma consciência ambiental em espaços marcados pela injustiça ambiental, como expostos ao longo das obras da escritora.

3.3. Pensando o Espaço

Em nossas discussões consideramos de fundamental importância definir a forma como compreendemos e conceituamos o espaço. Isso pelo fato de que a justiça e a injustiça ambiental possuem uma dimensão que transcende o plano teórico e dialógico. Para além desses planos tais concepções ganham materialidade a partir da construção do espaço pelas sociedades humanas. Nesse sentido é que acreditamos que se justifique esclarecermos a perspectiva a partir da qual entendemos o espaço.

Para tanto partimos de alguns teóricos da Geografia e do pensamento sociológico, tais como Giuseppe Dematteis e, especialmente, o cientista brasileiro Milton Santos. Seguindo a linha proposta pelos mesmos, compreendemos o espaço como fruto da produção das sociedades humanas em sua relação dialética com a natureza, em sua totalidade. Nessa relação às principais transformações promovidas sobre o meio pelos homens, no processo de produção espacial, se dão por meio da técnica. Dessa forma o espaço se configura como objeto de disputas e como um campo onde se efetiva dominação promovida pelas relações sociais de produção (DEMATTEIS, 2005. p 13).

Entendido a partir desse viés o espaço se manifesta como algo volátil e em constante transformação, influenciando e, ao mesmo tempo, sendo influenciado pelas diferentes dinâmicas presentes nos grupos sociais que o produzem. Tal percepção, a nosso ver, fica clara a partir da seguinte reflexão desenvolvida por Milton Santos (SANTOS, 1978. p. 171).

“O espaço por suas características e por seu funcionamento, pelo que oferece a alguns e recusa a outros, pela seleção de localização feita entre as atividades e entre os homens, é o resultado de uma práxis coletiva que reproduz as relações sociais, (...) o espaço evolui pelo movimento da sociedade total.” Vale ainda ressaltar que o espaço corresponde a um “campo de forças” constituído de forma desigual dialeticamente vinculado ao conjunto de relações sócias de produção a partir dos quais é produzido. Sendo assim é múltiplo, não se apresentando de forma igual em todos os lugares (SANTOS, 1978 p. 122).

A partir de sua interação com o espaço, as sociedades humanas que o constroem reproduzem, em seu modo de vida e em seu cotidiano, as relações sociais de produção inerentes às mesmas. Isso porque o espaço não é um simples

reflexo do social, mas, para, além disso, constitui-se como um fator social. Nas palavras de Milton Santos.

“(...) o espaço organizado pelo homem é como as demais estruturas sociais, uma estrutura subordinada-subordinante. E como as outras instâncias, o espaço, embora submetido à lei da totalidade, dispõe de uma certa autonomia.” (SANTOS, 1978. p. 145)

Entendido dessa forma é possível afirmar que a construção do espaço se dá a partir de dinâmicas próprias bem como daquelas que são produzidas em outros campos da vida social. Nesse processo a configuração desse espaço pode se dar em um contexto de justiça ou de injustiça ambiental, seguindo a diferentes imperativos determinados pelos interesses das classes e da posição que as mesmas ocupam na produção e reprodução de sua vida material. Tal fato se evidencia tanto em áreas privilegiadas social e economicamente como em comunidades periféricas como a do Canindé, onde viveu Carolina Maria de Jesus.

Nesse sentido a percepção do espaço, e sua interação com ele, possibilita aos indivíduos e aos grupos sociais compreenderem seu papel e sua condição na sociedade em que estão inseridos. Tal compreensão pode ser enunciada através de diferentes manifestações, desde os movimentos sociais até a produção artística, seja nas artes plásticas ou na literatura. Com base nessa visão é que buscamos na obra de Carolina de Jesus elementos que nos remetam ao quadro de injustiça ambiental, característico do espaço em que viveu.

4. METODOLOGIA

Para a execução do nosso trabalho lançamos mão de ferramentas metodológicas apropriadas e específicas. Em um primeiro momento utilizamos metodologias concernentes à produção dos dados sobre os quais trabalhamos. Nesse sentido utilizamos as seguintes ferramentas:

- Análise bibliográfica e das fontes com base na análise do discurso de Carolina Maria de Jesus.
- Solicitação e aprovação da Carta de Anuência para UNIRIO.
- Submissão da pesquisa ao Comitê de Ética, sob o número CAAE - 14422719.2.0000.5237.
- Elaboração do curso de extensão.
- Produção de questionário de sondagem a coordenação.
- Produção de questionário avaliativo final aos cursistas.
- Oferta do curso e aplicação dos questionários.

A coordenação respondeu antes da aplicação do curso um questionário com questões abertas para que fosse possível identificar o interesse institucional nessa temática, como também as ações que são promovidas pela mesma quanto às questões socioambientais, além do interesse em promover outras atividades no que tange a temática abordada no minicurso de extensão.

Os discentes responderam ao questionário avaliativo ao final de cada etapa do curso. Isso porque, como o minicurso ocorreu em dois dias, havia possibilidade de os discentes não comparecerem aos dois momentos. Dessa forma optamos por aplicar o questionário no final dos dois dias, antes da entrega dos certificados. O questionário foi elaborado com questões fechadas a fim de verificar se o objetivo do presente trabalho foi alcançado.

Nosso trabalho culminou na elaboração de um minicurso de extensão, na modalidade presencial no campo da Educação Ambiental. O minicurso foi aplicado durante dois dias consecutivos na UNIRIO (Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro). Objetivando como público alvo os discentes da referida instituição e aos membros da comunidade, junto ao projeto de extensão “A contemplação da

paisagem: Turismo, Urbanismo e Yoga”, coordenado pela Prof^a Dr^a Vera Lucia Borgea Borges.

A construção do material para aplicação do curso de extensão voltou-se para as temáticas: Injustiça e Justiça ambiental. Com a utilização de vídeos, imagens, matérias jornalísticas, e fragmentos de obras da escritora Carolina Maria de Jesus. Na conclusão de cada etapa desenvolvemos atividades que aplicavam o conhecimento conceitual abordado no curso a partir das obras de Carolina de Jesus, pontuando as possíveis estratégias e táticas desenvolvidas em ambientes marcados pela injustiça ambiental.

Desenvolvemos nosso produto sobre um tripé que corresponde às temáticas nele abordadas e discutidas. Essas temáticas corresponderiam a/aos:

- Espaços marcados pela Injustiça Ambiental, considerando-os como resultado de estratégias de dominação.
- A percepção de tais espaços pelas populações que nele vivem e que sofrem as consequências da Injustiça Ambiental em seu cotidiano.
- O desenvolvimento de táticas por parte das populações afligidas pela Injustiça Ambiental no espaço e no cotidiano em que vivem.

A fim de desenvolver e discutir essas temáticas lançamos mão da obra da escritora Carolina Maria de Jesus. Centramos nossa análise nos relatos presentes nessa obra e que se referem ao período em que a autora viveu na favela do Canindé em São Paulo. A principal fonte que utilizamos para esse empreendimento foi o livro “Quarto de Despejo: diário de uma favelada”, que teve sua primeira edição em agosto de 1960 sendo alvo, a partir daí, de inúmeras reedições. Nesse livro a autora relata pormenorizadamente seu cotidiano no Canindé. Em uma escrita própria, oferece aos leitores inúmeras e exatas referências sobre o espaço em que vive, as marcas da Injustiça Ambiental nele presentes, bem como a forma como ela as percebe e resiste às mesmas.

Com o propósito de dar suporte ao conteúdo oferecido no minicurso também recorreremos a outra fonte de maior relevância. Esta seria a obra “Diário de Bitita”, também de Carolina de Jesus. Sua primeira edição ocorreu na França em 1982 e ganhou uma edição brasileira em 1986. Embora não tenha a dimensão do livro ao

qual nos referimos anteriormente, nos fornece elementos de suma importância para resgatarmos a trajetória da autora antes de iniciar sua vida em São Paulo.

Para a construção de nosso minicurso, decidimos por estruturá-lo sobre dois eixos. Cada um desses eixos foi trabalhado em um dos dias de execução do produto em questão. O primeiro eixo foi denominado “A vida no Canindé: a percepção da injustiça ambiental”. Ao segundo eixo chamamos “Superando a ‘insciência’: produção de consciência e resistência em espaços degradados”. A dinâmica dos dois dias do minicurso foi desenvolvida com o objetivo de explorar a cada um deles.

Acreditamos que com essas considerações demonstramos os princípios e instrumentos metodológicos que utilizamos para o desenvolvimento de nosso trabalho.

5. ARTE, LITERATURA E RESISTÊNCIA: A OBRA DE CAROLINA MARIA DE JESUS

5.1 A Literatura como Tática de Resistência.

Em nosso trabalho partimos do pressuposto de que a literatura, bem como a arte em geral, configura-se como tática de resistência desenvolvida pelos indivíduos no espaço em que vivem, no contexto social em que estão inseridos e em seu cotidiano. A fim de embasar essa percepção consideramos fundamental abordar alguns conceitos e discussões desenvolvidas pelo filósofo e historiador francês Michel de Certeau (DE CERTEAU, 1994).

Em primeiro lugar faz-se mister verificar como Certeau pensa e conceitua o cotidiano. Para ele o cotidiano é algo fluídico e dinâmico, sendo construído em um determinado espaço e com base em uma cultura que se impõe aos indivíduos nele inseridos. Entretanto é, ao mesmo tempo, caracterizado por uma série de ações, promovidas pelos sujeitos dele, que permitem a sua constante (re) invenção. Em sua obra o autor procura:

[...] explicitar as combinatórias de operações com que compõe também (sem ser exclusivamente) uma 'cultura' e exumar os modelos de ação característicos dos usuários, dos quais se esconde, sob o pudico nome de consumidores, o estatuto de dominados (o que não quer dizer passivos ou dóceis). O cotidiano se inventa com mil maneiras de caça não autorizada" (DE CERTEAU, 1994, p. 38).

Partindo desse princípio, De Certeau entende que o processo de (re) invenção do cotidiano se dá através da resistência que os sujeitos desenvolvem diante de elementos externos que lhes são impostos pelo espaço, pela cultura e pelas relações sociais nas quais estão inseridas. Esses elementos ele classifica como estratégias. Essa resistência, segundo Certeau, corresponde a táticas produzidas pelo que chama de "usuários" ou "consumidores", que lhes permite modificar ou (re) criar discursos e práticas. Em suas palavras:

Cada vez mais coagido e sempre menos envolvido por esses amplos enquadramentos, o indivíduo se destaca deles sem poder escapar-lhes, e só resta a astúcia no relacionamento com eles, 'dar golpes', encontrar na megalópole eletrotecnizada e informatizada a 'arte' dos caçadores ou dos rurícolas antigos (DE CERTEAU, 1994, p. 52).

Com base nessa percepção podemos dizer que, ao nível do cotidiano, é possível identificar dois padrões de comportamento: as estratégias e as táticas. Para esse filósofo as “estratégias” correspondem a um padrão de comportamento comprometido com a autoridade e a dominação. Podem, portanto, corresponder a qualquer coisa que atue nesse sentido, tal como uma instituição política, uma prática ou, até mesmo, um indivíduo. As estratégias garantem uma ordem dominante, ao mesmo tempo em que são sancionadas pelas forças que dominam. Manifestam-se fisicamente através de seus sítios de operação, produtos e no espaço. Nas palavras do autor:

A estratégia postula um lugar suscetível de ser circunscrito como algo próprio e ser a base de onde se podem gerir as relações com uma exterioridade de alvos e ameaças (os clientes ou os concorrentes, os inimigos, o campo em torno da cidade, os objetivos e objetos da pesquisa etc.). Como na administração de empresas, toda racionalização “estratégica” procura em primeiro lugar distinguir de um “ambiente” um “próprio”, isto é, o lugar do poder e do querer próprios. (DE CERTEAU, 1994, p. 99)

Aplicando essas reflexões teóricas e conceituais às nossas discussões, podemos considerar a que a Injustiça Ambiental corresponde a uma estratégia desenvolvida por aqueles que Certeau considera como os “produtores”, isto é, os grupos socialmente dominantes. Através dela procuram configurar e reproduzir no espaço os mecanismos de dominação inerentes ao sistema sócio-econômico no qual circulam.

Aquilo que Certeau chama de “táticas”, manifesta-se em ações e práticas corriqueiras, mas que, nem por isso, revestem-se de menor importância. Nosso autor afirma que muitas práticas cotidianas surgidas da necessidade (falar, ler, circular, fazer compras ou preparar as refeições etc.) atuam como táticas. Acrescenta ainda que as táticas abrangem:

(...) de modo mais geral, uma grande parte das ‘maneiras de fazer’: vitórias do ‘fraco’ sobre o mais ‘forte’ (os poderosos, a doença, a violência das coisas ou de uma ordem etc.), pequenos sucessos, artes de dar golpes, astúcias de ‘caçadores’, mobilidades da mão-de-obra, simulações polimorfos, achados que provocam euforia, tanto poéticos quanto bélicos (DE CERTEAU, 1994, p. 47).

Michel De Certeau considera que as táticas não tentam, a todo momento e em todos os casos, necessariamente enfrentar ou se opor, de forma direta, às estratégias. Afirma que elas, muitas vezes, tentam atender necessidades de quem

as produz. Buscam trabalhar sobre determinados contextos e espaços, a fim de torná-los acessíveis aos seus produtores tornando-os habitáveis e suportáveis.

Com base nessas reflexões entendemos que, para Carolina de Jesus, o ato de escrever e o deleite advindo da transformação de suas percepções e ideias na linguagem escrita, correspondem a táticas. Táticas que (re) inventam o seu cotidiano e que abrem portas para novas formas de inserção em seu espaço e na sociedade.

5.2 A Vida no Canindé: A Percepção da Injustiça Ambiental.

Nessa etapa de nosso trabalho pretendemos entender como Carolina Maria de Jesus percebia o espaço em que vivia e os elevados níveis de Injustiça Ambiental que o caracterizavam. Entretanto acreditamos que, antes de tudo, faz-se necessário desenvolver uma pequena resenha biográfica da escritora, personagem central e principal de nosso trabalho.

Nascida em Sacramento, cidade do interior de Minas Gerais, em 14 de março de 1914 veio ao mundo em família humilde, de origem escrava, analfabeta e pobre. Filha de João Cândido Veloso e Maria Catarina de Jesus, neta do ex-escravizado Benedito José da Silva, que recebeu o sobrenome do seu senhor.

Ainda pequena demonstrava sua esperteza querendo saber e aprender tudo, sempre atenta a tudo e a todos. Fazia leituras do cotidiano de sua família numerosa e desunida. Percebia que normalmente os homens bebiam muita cachaça, batiam em suas mulheres e não eram dados ao trabalho. Quem assumia as despesas da casa e os filhos eram as mulheres (JESUS, 2017), característica comum às famílias afrodescendentes. Tinha grande admiração por seu avô, observava as pessoas dizendo que ele era muito inteligente e que, se tivesse estudado, seria um Sócrates negro. Consideravam um crime que não tenha sido educado “(...) porque as pessoas cultas que adquirem conhecimento do seu grau intelectual têm capacidade para ver dentro de si” (PINHEIRO, 2018). Carolina dizia que os que liam tinham mais possibilidades de compreensão, e de se entenderem para compreender o outro e a vida.

Aos sete anos foi estudar na escola Alan Kardec por incentivo da família que a mãe da Carolina trabalhava. Não gostou da escola, pois seus colegas debochavam dela. Resistia a ser chamada pelo nome e choramingava dizendo que seu nome era Bitita. Mesmo assim, sua professora Lonita Solvina brigava para que

ela aprendesse a ler e escrever. A mãe e o padrasto, com dificuldades financeiras, tiveram que se mudar para um sítio e Carolina deixou a escola. Estudou por apenas dois anos, porém o curto tempo foi suficiente para a menina se encantar pela leitura e a escrita. (JESUS, 2017).

Carolina acompanhou sua mãe nos momentos difíceis de fome, frio, prisão e preconceito até 1937, quando ela faleceu. Em 1947 Carolina foi para a cidade tão sonhada: São Paulo. Entretanto sua vida não foi como esperava. Passou fome, frio e não tinha casa para morar. Trabalhou como empregada doméstica, mas não conseguia se adequar às regras de suas patroas. Era indisciplinada, saía para dançar, namorar e não dava conta do trabalho. Ficou grávida de uma menina, Maria Carolina, que morreu ao nascer (FARIAS, 2017).

Em 1948 engravidou novamente de um português que os abandonou. Sem ter onde morar foi para a favela do Canindé, nas margens do rio Tietê, onde nasceu o menino João José. Construiu sua casinha com os restos da obra da igreja de Nossa Senhora do Brasil, localizada a quase uma hora do Canindé. Em 1950 nasceu José Carlos, seu filho, com um espanhol, e, em 1953, Vera Eunice, filha de um homem “branco e rico”. O pai da menina caçula, assim como os de seus outros filhos, não quis registrá-la preferindo ficar no anonimato. Sustentava sua família catando papel, lata e ferro pela cidade de São Paulo.

A experiência e o encanto de ler e escrever versos, contos e poesias em sua cidade natal, Sacramento, ganhou uma dimensão maior em São Paulo: o desejo de se tornar escritora para sair da favela. Começou escrevendo sobre políticos, poesia e o cotidiano dos moradores do Canindé em seu diário, a partir de 1955. Audálio Dantas, um recém-formado jornalista, vai ao Canindé a fim de escrever uma matéria sobre a favela. Lá se deparou com a cena de uma negra esguia que intimidava um grupo de homens que brincavam no playground das crianças. Era Carolina que ao ameaçá-los, disse que iria colocá-los em seu livro, como se fosse uma maldição.

Essa fala despertou o jornalista que, se aproximando daquela que chamou sua atenção, entrou em contato com os manuscritos de Carolina. Eram vinte cadernos encardidos que Carolina guardava em seu barraco. Relatavam a visão de quem estava dentro da favela, desconstruindo o estereótipo de que o favelado era sem preconceito, solidário, talentoso e cordial. Revelavam o egoísmo, o preconceito, a violência, os costumes, a miséria e a fome que permeava aquele espaço. A fome foi a grande protagonista do seu diário, chegando a ganhar uma cor. Audálio relatou

que ela dizia que “O céu, as árvores, as pessoas, os bichos – ficavam amarelos quando a fome atingia o limite do suportável” (JESUS, 2014. p. 7).

Os jornais, as revistas, as rádios e a televisão faziam matérias sobre Carolina Maria de Jesus. Em agosto de 1960 seus manuscritos tornaram-se um livro “Quarto de despejo: o diário de uma favelada”. Essa obra foi um grande sucesso sendo traduzida em quatorze idiomas e vendida em quarenta países: um best seller. Escritores reconhecidos, como Raquel Queiroz, Sérgio Milliet, Manuel Bandeira e Clarice Lispector fizeram críticas positivas sobre o livro, dando mais visibilidade à obra e à Carolina. Porém, não faltaram os autores enciumados que torceram o nariz e questionavam a autenticidade do livro de Carolina (JESUS, 2017).

Em 1961 Carolina lançou “Casa de alvenaria: diário de uma ex-favelada”, e em 1963 “Provérbios”, nesse mesmo ano saiu do prelo “Pedaços da fome”. No entanto seu grande sucesso foi “Quarto de Despejo”, as outras obras da autora não obtiveram a mesma repercussão. Carolina chegou a lançar um disco com músicas de sua autoria. Além disso, tocava violão, escrevia poesias e peças de teatro. Embora tenha alcançado fama internacional, recebendo até prêmios fora do Brasil, não se manteve por muito tempo em voga.

Após essa pequena resenha biográfica de Carolina de Jesus, julgamos conveniente tecer algumas considerações sobre o Canindé. Isso pelo fato de que foi nesse espaço que, segundo nossa percepção, Carolina se desperta para a injustiça ambiental característica do meio em que vive e, a partir daí, faz da literatura sua tática de resistência.

Concluída essa pequena resenha biográfica, vamos tentar entender como foram construídas historicamente as discussões relativas à Justiça e à Injustiça Ambiental no Brasil. Um importante marco desses debates correspondeu ao advento da Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA), surgida no “Colóquio Internacional sobre Justiça Ambiental, Trabalho e Cidadania”. Esse evento foi realizado na Universidade Federal Fluminense, no ano de 2001.

Na “Declaração de Princípios”, produzida nesse Colóquio, chegou-se a uma definição clara do que seriam Justiça e Injustiça Ambiental, ressaltando a dimensão social e econômica desses conceitos. Nele encontramos a seguinte definição:

“(…) [entende-se por] injustiça ambiental o mecanismo pelo qual sociedades desiguais, do ponto de vista econômico e social, destinam a maior carga dos danos ambientais do desenvolvimento às populações de baixa renda, aos grupos raciais discriminados, aos povos étnicos tradicionais, aos bairros

operários, às populações marginalizadas e vulneráveis” (DECLARAÇÃO DE PRINCÍPIOS, 2001). A partir daí é possível, ainda com base nessa “Declaração de Princípios”, estabelecer alguns marcos ou referenciais que indicam a condição de Injustiça Ambiental que caracterizaria determinados espaços. Relacionamos, a seguir, esses marcos:

- A presença desproporcional de consequências ambientais negativas no espaço habitado e no cotidiano de determinados grupos étnicos ou de classe. Essas consequências podem ser provenientes de operações econômicas, de medidas ou de políticas do poder público, assim como da ausência dessas últimas.
- A impossibilidade de acesso justo e equitativo aos recursos naturais do país seja de forma direta ou indireta.
- A falta de acesso às informações relevantes sobre o uso dos recursos ambientais e a destinação de rejeitos e localização de fontes de riscos ambientais.
- A inexistência de processos democráticos e participativos na definição de políticas, planos, programas e projetos na área ambiental.
- A ausência de mecanismos que assegurem a democratização do acesso aos recursos ambientais e à sustentabilidade de seu uso.

Partindo desses indicadores abordaremos a obra de Carolina de Jesus tentando retirar da mesma, elementos que evidenciem sua percepção da Injustiça Ambiental inerente à comunidade do Canindé. Foi nesse espaço que a autora viveu momentos significativos da sua vida, e no qual sentiu os efeitos dos danos ambientais provenientes do desenvolvimento desigual a que ela e seus pares estavam submetidos.

O Canindé foi a primeira favela da cidade de São Paulo. Foi criada em 1947 na gestão do governador Adhemar de Barros e do prefeito Paulo Lauro, que colocava em prática uma política de embelezamento da cidade. Esses gestores mandaram recolher das ruas tudo (ou todos) que não colaborassem para a boa imagem da cidade, fretando ônibus para despejar os pobres longe da vista da “boa sociedade” (PINHEIRO, 2018). Adhemar dizia: “Leva para qualquer lugar”. A favela passou a ser um espaço para descarte de tudo de que já não se precisava, como os migrantes dos estados do Norte, Nordeste, Minas Gerais, Rio de Janeiro e os pobres de São Paulo.

Era no Patrimônio Municipal, órgão da prefeitura que regulamentava a cessão dos terrenos no Canindé, que eram distribuídos os terrenos de seis metros de frente por doze de fundos, a margem do rio Tietê. Muitos reclamavam que eram tão pequenos que não cabiam sua família. Não dispunham de luz elétrica, de água tratada e de redes de esgoto. A água usada para a limpeza, o banho e para cozinhar era retirada diretamente do rio. Em 1949 o prefeito mandou instalar uma caixa d'água para atender aos favelados, temendo o surgimento de graves problemas com os moradores mais antigos (FARIAS, 2017).

Nesse espaço percebemos a presença desproporcional de consequências ambientais negativas no cotidiano da população do Canindé. Ela era composta por determinados grupos étnicos excluídos do tratamento justo e igualitário, tais como os nordestinos, nortistas, cariocas, mineiros e os paulistas pobres. Esses grupos sofreram as consequências diretas de medidas políticas e econômicas estabelecidas pela classe dominante nesse período.

Também no Canindé não havia possibilidade de acesso justo e equitativo aos recursos naturais, tais como acesso à água, rede de esgoto e luz elétrica individual. As condições de vida eram precárias, marcadas pela Injustiça Ambiental que permeava o espaço e o cotidiano dessa população. Tal realidade torna-se perceptível em alguns fragmentos do “Diário de Carolina”, que transcrevemos a seguir. Neles respeitamos fielmente a linguagem e a grafia da autora, como expressas em sua obra “Quarto de despejo: diário de uma favelada”.

12 de outubro – Houve briga aqui na favela porque o homem que está tomando conta da luz quer cobrar 30 cruzeiros por bico. A conta da água atinge só 1.100 e ele quer cobrar 25 de cada barracão (JESUS, 2014. p. 124).

Aqui vale lembrar que a distribuição de luz no Canindé era controlada e cobrada por uma pessoa – Orlando Lopes.

15 de fevereiro – (...) hoje o tal Orlando Lopes veio cobrar a luz. Quer cobrar ferro, 25 cruzeiros. Eu disse que não passo roupas. Ele disse-me que sabe que eu tenho ferro. Que vai ligar o fio de chumbo na luz e se eu ligar o ferro a luz vai queimar e ele não liga mais. (...) ele disse que pode cobrar depósito porque a light deu-lhe plenos poderes (JESUS, 2014. p. 160).

Anteriormente falamos na instalação de uma caixa d'água no Canindé pelo prefeito da época, diante do temor da reação dos favelados que utilizavam o rio para suprir suas necessidades. Mesmo tal ação esteve longe de atender as necessidades da população. Havia apenas uma torneira para o abastecimento de toda a comunidade. As mulheres levantavam de madrugada e permaneciam horas sentadas nas latas, aguardando sua vez. O trecho a seguir evidencia essa realidade.

19 de julho – Despertei as 7 horas com a conversa dos meus filhos. Deixei o leite, fui buscar água. As mulheres já estavam na torneira. As latas em fila (...) chegou a minha vez, pus a minha lata para encher. (...) A água começou a diminuir na torneira. Começaram a falar da Rosa. Que ela carregava água desde as 4 horas da madrugada, que ela lavava toda roupa em casa (JESUS, 2014. p. 17 e 18).

Carolina chegou ao Canindé no final de 1948 e foi morar com um casal que ela relatou que bebia muito. Nessa casa todos os utensílios fediam a álcool. Quando dormia, exausta do trabalho em uma pensão, eles vasculhavam seu bolso e roubavam o pouco que tinha ganhado. Grávida começou a construir com suas próprias mãos o seu barraco. Essa situação contradiz radicalmente aquilo que nos afirma Acselrad (2009). Segundo ele a Justiça Ambiental garante o direito a um meio ambiente seguro, sadio e produtivo para todos, onde o “meio ambiente” é considerado em sua totalidade, incluindo suas dimensões ecológicas, físicas construídas, sociais, políticas, estéticas e econômicas.

Em verdade o Canindé contrariava o que se entende por Justiça Ambiental. Isso porque não era sadio, seguro, produtivo, não havia infraestrutura e muito menos era estético. Vejamos o relato de Carolina das condições de sua favela e de como conseguiu fazer seu barracão com as sobras da obra da igreja Nossa Senhora do Brasil, distante, aproximadamente, dez quilômetros da favela:

12 de julho – Fiz o café e fui carregar água. Olhei o céu, a Estrela Dalva já estava no céu. Como é horrível pisar na lama. (JESUS, 2014. p. 58).

8 de julho – (...) na rua Araguaia com a rua Canindé tem muita lama e eu encontrei dificuldade porque eu estava descalça e os meus pés deslizava na lama. Não havia possibilidade de firmar os pés. Eu escorregava. Apareceu um senhor e empurrou a carrocinha para mim (JESUS, 2014. p. 87).

Todas as noites eu dava duas viagens. Eu ia de bonde, e voltava a pé com as tabuas na cabeça. Três dias eu carreguei tabuas dando duas viagens. Deitava-se às duas horas da manhã. Eu ficava tão cansada que não consegui dormir. Eu mesma fiz meu barracãozinho. 1 metro e meio por um metro e meio (...) (FARIAS, 2017. P. 155 e 156).

Acseirald (2009) pontua que a Justiça Ambiental garante aos moradores o direito de estarem livres em suas casas dos perigos ambientais provenientes das ações físico-química das atividades produtivas. Uma violação desse princípio pode ser identificada no relato em que Carolina fala dos alimentos fora da validade, ou já estragados, que são jogados ou descartados pelos empresários no Canindé sem nenhuma preocupação com os possíveis riscos à comunidade:

17 de maio - (...) chegou um caminhão aqui na favela. O motorista e o seu ajudante jogam umas latas. É linguiça enlatada. Penso: é assim que fazem esses comerciantes insaciáveis. Ficam esperando os preços subirem na ganância de ganhar mais. E quando apodrece jogam fora para os corvos e infelizes favelados (...) (JESUS, 2014. p. 34).

26 de julho – No lixo do frigorífico tinha muitas linguiças. Catei as melhores para eu fazer sopa (...) vim pelas ruas catando ferro. Quando cheguei no ponto do bonde encontrei o José Carlos que ia na feira catar verduras (...) (JESUS, 2014. p. 101).

25 de dezembro – O João entrou dizendo que estava com dor de barriga. Percebi que foi por ele ter comido melancia deturpada. Hoje jogaram um caminhão de melancia perto do rio (JESUS, 2014. p. 146).

A Declaração de Princípios de 2001 assegura o amplo acesso às informações relevantes ao uso dos recursos ambientais e à destinação de rejeitos e localização de fontes de riscos ambientais (DECLARAÇÃO DE PRINCIPIOS, 2001). No entanto, o que vigorava no espaço de Carolina era exatamente o oposto. Faltava o acesso às informações relevantes ao uso dos recursos ambientais. Mesmo com o comunicado do Serviço Social de Saúde sobre as fontes de riscos ambientais, nesse caso o rio, as alternativas não eram apresentados. Crianças e adultos acabavam infectadas por vermes e outras doenças, devido à ausência do saneamento básico.

4 de julho – (...) ensaboei as roupas. Depois fui acabar de lavar na lagoa. O Serviço Social de Saúde do Estado disse que a água da lagoa transmite as doenças caramujo. Vieram nos revelar o que ignorávamos. Mas não soluciona a deficiência da água (...) (JESUS, 2014. p. 80).

26 de julho – Eu estava tonta de fome devido ter levantado cedo. Fiz mais café. Depois fui lavar roupa na lagoa, pensando no departamento Estadual de Saúde que publicou no jornal que aqui na favela do Canindé há 160 casos positivos de doença caramujo. Mas não deu remédio para os favelados. A mulher que passou o filme com as demonstrações da doença caramujo nos disse que a doença é muito difícil de curar-se. Eu não fiz o exame porque eu não posso comprar os remédios (JESUS, 2014. p. 101).

18 de julho – Hoje amanheceu chovendo. A Vera, ontem pois dois vermes pela boca. Está com febre. Hoje não vai ter aulas (JESUS, 2014. p. 65).

Outro princípio da justiça Ambiental é a garantia à constituição de sujeitos coletivos de diretos, movimentos sociais e organizações populares para serem

protagonistas na construção de modelos alternativos de desenvolvimento que assegurem a democratização do acesso aos recursos ambientais e à sustentabilidade do seu uso. Essa organização popular e social é relevante na luta pela justiça ambiental, já que são nesses espaços que os grupos minoritários ganham voz, denunciam suas condições e participam das decisões referentes ao seu espaço.

Porém, o que percebemos é a inexistência de grupos sociais envolvidos nas discussões relativas à ocupação e ao uso dos recursos ambientais no Canindé. Ao mesmo tempo, não possuíam nenhuma representatividade política. Tal situação fica clara nas palavras de Carolina, nas quais a favela é o quarto de despejo, e ela um objeto sem uso:

17 de maio 1956 – Levantei-me nervosa. Com vontade de morrer. Já que os pobres estão mal colocados, para que viver? Será que os pobres de outro País sofrem igual aos pobres do Brasil? Eu estava descontente que até cheguei a brigar com o meu filho José Carlos sem motivo (JESUS, 2014. p. 33).

19 de maio 1956 – (...) as oito e meia eu já estava na favela respirando o odor dos excrementos que mescla com o barro podre. Quando estou na cidade tenho a impressão de que estou na sala de visita com seus lustres de cristais, seus tapetes de veludos, almofadas de sitim. E quando estou na favela tenho a impressão de que sou um objeto fora de uso, digno de estar num quarto de despejo (JESUS, 2014. p. 37).

20 de maio 1956 – (...) abri a janela e vi as mulheres que passavam rápidas com seus agasalhos descolorados e gastos pelo tempo. Daqui uns tempos estes palito que elas ganharam de outras que há muito deveria estar num museu (...) Estou no quarto de despejo, e o que está no quarto de despejo ou queima-se ou joga-se no lixo (JESUS, 2014. p. 37).

O último princípio de Justiça Ambiental que iremos considerar refere-se ao ambiente de trabalho. Por ele constatamos que todo trabalhador tem direito de atuar em um meio ambiente de trabalho sadio e seguro, sem que ele seja forçado a escolher entre uma vida sob risco e o desemprego (Acselrad, 2009). No espaço habitado por Carolina o que havia, de fato, era o contrário disso. Nele ou se submetia à insalubridade do trabalho ou não tinha o que comer. O traço marcante era a incerteza da satisfação de princípios básicos: a garantia de se conseguir o suficiente para alimentar os filhos naquele dia, o poder comprar o sabão para lavar as roupas e tantas outras necessidades corriqueiras ao cotidiano de grupos socialmente mais favorecidos:

15 de julho 1956 – (...) os lixeiros já tinham passado. Catei pouco papel. Passei na fábrica para catar estopas. Comecei sentir tontura. Resolvi ir à casa da Dona Angelina pedir um pouco de café. (JESUS, 2014. p. 182).

7 de agosto 1956 – Catei 2 sacos de papel e ganhei 45 cruzeiros. Fiquei desesperada. O que é que vou fazer com 45 cruzeiros? Catei um pouco de estopa e voltei. Eu fui ao ferro velho vender as estopas. Ganhei 33 cruzeiros (JESUS, 2014. p. 187).

22 de julho – (...) saí pensando na minha vida infausta. Já faz duas semanas que eu não lavo roupa por falta de sabão. As camas estão sujas que até dá nojo. Não fiquei revoltada com a observação do homem desconhecido referindo-se a minha sujeira. Creio que devo andar com um cartas nas costas:

Se estou suja é porque não tenho sabão. (JESUS, 2014. p. 98).

5.3 Superando a “Insciência”: Produção de Consciência de Resistência em Espaços Degradados.

Para Carolina Maria de Jesus, insciente era uma pessoa sem consciência social. Era a pessoa que não conseguia identificar a sua posição na sociedade bem como a classe à qual pertencia. Carolina ao ver um policial matar um nortista inocente, chora por ele e chama o policial de “insciente”. Faz uma brilhante análise da atuação dos policiais na favela, pois afirma que esses são pretos e pobres como eles, mas se portavam como patrões: “nada mais que a junção do oprimido ao opressor” (PINHEIRO, 2018).

No entanto, observamos em sua obra elementos que evidenciam a utilização da produção literária como um instrumento de produção de consciência e de resistência em um espaço marcado pela injustiça ambiental. Para fundamentar essa discussão utilizaremos alguns conceitos do filósofo e historiador francês Michel de Certeau, que pensa e conceitua o cotidiano e que consideramos de grande utilidade.

Para ele o cotidiano é algo fluídico e dinâmico, sendo construído em um determinado espaço e com base em uma cultura que se impõe aos indivíduos nele inseridos. Entretanto é, ao mesmo tempo, caracterizado por uma série de ações, promovidas pelos sujeitos dele, que permitem a sua constante (re) invenção. (DE CERTEAU, 1994).

Certeau ressalta que no cotidiano é possível identificar dois padrões de comportamento: as “estratégias” e as “táticas”. As estratégias possuem um lugar próprio, manifestam-se fisicamente através de seus sítios de operação que sancionam a ordem “dominante”. São produzidas com base em uma cultura ou em

relações sociais que se impõem aos indivíduos nele inseridos. As estratégias são criadas por aqueles que Certeau denomina de “produtores”.

As táticas caracterizam-se por uma série de ações realizadas pelos “indivíduos” que permitem modificar ou (re) criar discursos e práticas impostas pelos produtores. Essas não possuem um lugar próprio, manifestam-se em ações práticas e corriqueiras do cotidiano que surgem de necessidades como, falar, circular, fazer compras, ler, escrever etc. Nem sempre pretendem enfrentar ou se opor às estratégias. Normalmente atendem as necessidades dos próprios indivíduos que as criaram, tornando o cotidiano e seus espaços habitáveis e suportáveis. As táticas são desenvolvidas por aqueles que Certeau chama de “usuários” ou “consumidores”.

A partir dos conceitos de Certeau voltamos para a obra de Carolina onde iremos identificar suas (re) invenções, ou seja, as táticas usadas por ela ao longo de sua trajetória. Em um primeiro momento consideramos relevante destacar que a posse de livros pode ser encarada como uma tática desenvolvida por Carolina. No “Diário de Bitita” a autora nos relata que sua mãe e seu padrasto tiveram que se mudar para um sítio, ocasião em que, segundo ela: “Minha mãe encaixotava os nossos utensílios, eu encaixotava os meus livros, a única coisa que eu venerava” (JESUS, 2018. p.131). Os trechos a seguir nos permitem perceber o início da produção dessa tática:

1 de julho 1955 – [...] quando cheguei em casa era 22,30. Liguei o rádio. Tomei banho. Esquentei comida. Li um pouco. Não sei dormir sem ler. Gosto de manusear um livro. O livro é a melhor invenção do homem (Jesus, 2014. p. 24).

Carolina se sentia superior aos demais moradores da favela porque guardava cadernos, livros como *Os miseráveis*, de Victor Hugo; *Éramos Seis*, de Leandro Dupré; (...) e, assim, acreditava estar se vingando dos seus vizinhos com a certeza de que era preta, favelada e miserável, mas escritora (PINHEIRO, 2018).

Entre tantas (re) invenções de Carolina, a escrita foi a mais importante. Através dela nossa protagonista teve a possibilidade de suavizar suas agruras, lançar seus livros e sair da favela, o que tanto desejava. Em depoimento da autora, ao final do livro “Quarto de Despejo” ela afirma que: “Quando eu não tinha nada o que comer, em vez de xingar eu escrevia. Tem pessoas que, quando estão nervosas, xingam ou pensam na morte como solução. Eu escrevia o meu diário” (JESUS, 2014. p. 195). Os trechos a seguir vão ao encontro dessa proposição:

19 de julho – Vocês são incultas, não podem compreender. Vou escrever um livro referente a favela. Hei de contar tudo que aqui se passa. E tudo que vocês fazem. Eu quero escrever o livro, e vocês com essas cenas desagradáveis me fornece os argumentos (JESUS, 2014. P.20).

27 de julho – (...) É que eu estou escrevendo um livro, para vendê-lo. Viso com esse dinheiro comprar um terreno para eu sair da favela (JESUS, 2014. p.27).

16 de janeiro - ... Fui ao Correio retirar os cadernos que retornaram dos Estados unidos. (...) Cheguei na favela. Triste como se tivessem mutilado os meus membros. O The Read Digest devolve os originais. A pior bofetada para quem escreve é a devolução de sua obra (JESUS, 2014. p.154).

Carolina tinha um desejo constante de refazer e recriar, fantasias, músicas, poemas, peças teatrais etc. Estava envolta, o tempo todo, no universo da imaginação e do pensamento. No jornal “A Última Hora” do dia 23 de fevereiro de 1963, foi publicada a seguinte nota relativa à autora:

“A escritora favela Maria Carolina de Jesus confeccionou esta original fantasia de galinha carijó, para sair no Carnaval, em São Paulo, com toda animação. O traje foi idealizado e confeccionado por ela mesma, constando de um manto coberto de penas autênticas de galinha carijó, bem como de um chapéu também coberto de penas brancas e pretas”.

A seguir destacaremos alguns trechos da obra de Carolina de Jesus onde podemos constatar o uso da arte como tática de resistência:

17 de julho – Depois que operei, fiquei boa, graças a Deus. E até pude dançar carnaval, com minha fantasia de penas (JESUS, 2014. p.15).

13 de agosto - (...) eu mandei o João levar um bilhete no Circo Irmãos Melo pedindo se me aceitava para cantar (JESUS, 2014. p. 109).

Em meados de 1960 as coisas não estavam dando certo para Carolina. Mesmo assim ela não poupou esforços e lançou um long play. Nele, a partir de uma capa alegre e colorida, ressaltava-se na apresentação que Carolina cantava com simplicidade suas próprias canções, inspiradas no realismo da favela (Farias 2017, p 316). O disco recebeu o nome de seu best seller: “Quarto de despejo”. Composto por onze faixas, destacavam-se as canções: “Rá-ré-rí-ró-rua”, “Vedete da favela”, “Acende o fogo”, “O pobre e o rico” e a “Pinguça”. Também desse mesmo disco constavam composições que foram produzidas especialmente para uma peça de teatro escrita por ela. Nesse contexto destacavam-se as músicas: “Simplício”, “O malandro”, “Moamba”, “Os granfinos”, “Quem assim me ver cantando” e “A Maria veio”.

Carolina teve como resultado de suas táticas – dentre as quais se destaca a escrita - a (re) invenção do seu cotidiano em diversos momentos, com ações corriqueiras como nos disse Certeau:

18 de julho - (...) [Carolina falava das mulheres casadas que apanhavam do marido] A noite enquanto elas pedem socorro eu tranquilamente no meu barracão ouço valsas vienenses (JESUS, 2014. p. 16).

19 de julho – (...) as vezes eu ligo o rádio e danço com as crianças, simulamos uma luta de box. Hoje comprei marmelada para eles. Assim que dei um pedaço para cada um percebi que eles me dirigiram um olhar terno. E o João José disse: Que mamãe boa! (JESUS, 2014. p.20).

9 de maio - Eu cato papel, mas não gosto. Então eu penso: Faz de conta que eu estou sonhando (JESUS, 2014. p. 29).

12 de julho – Eu deixei o leito as 3 da manhã porque quando a gente perde o sono começar a pensar nas misérias que nos rodeia (...) deixei o leito para escrever. Enquanto escrevo vou pensando que resido num castelo cor de ouro que reluz da luz do sol (...) É preciso criar esse ambiente de fantasia, para esquecer que estou na favela (...) As horas que sou feliz é quando estou residindo nos castelos imaginarios (JESUS, 2014. p. 58 e 60).

Acreditamos que a partir dos elementos retirados da obra de Carolina de Jesus, e transcritos anteriormente, foi possível demonstrar como a autora resistiu às estratégias impostas à mesma, a partir da produção das táticas abordadas. Creemos que fica assim demonstrado como a arte é capaz de atuar como um mecanismo de superação das mazelas inerentes à Injustiça Ambiental.

6. O PRODUTO

6.1 A Extensão Universitária

A universidade é um espaço educacional-social de produção e divulgação de conhecimentos científicos que se fundamentam em três pilares, ou princípios como sua sustentação, o “ensino” que historicamente é oferecido nos cursos regulares, a “pesquisa” que normalmente são realizadas sempre atreladas aos interesses destes e por último a “extensão” que vem atendendo uma demanda e promove a interação-diálogo entre universidade-sociedade. Por isso podemos dizer que a extensão é como uma ponte de mão dupla, pois proporciona benefícios recíprocos à sociedade e à universidade.

Diante das funções atribuídas a esses pilares, a instituição produtora do conhecimento – ensino e pesquisa - deve apresentar capacidade de oferecer o conhecimento que contribuirá para a formação de seus discentes e da comunidade que se encontra além de seus muros. Para tanto deve recorrer à extensão universitária que trabalha em prol da comunidade e relaciona sociedade e universidade. É justamente esse pilar que mais nos interessa explorar nesse trabalho.

Extensão Universitária surgiu na Inglaterra, no século XIX, com o objetivo de promover a “educação continuada”, destinada à população adulta que não tinha acesso à universidade (GADOTTI 2017). No Brasil ela ganhou espaço na universidade com uma conotação diferente. Na década de 1960 ganhou um cunho social sob a influência de movimentos como o Projeto UNE Volante junto com o Centro Popular de Cultura (CPC).

O Projeto UNE Volante foi criado em 1962 e correspondia a uma caravana de estudantes que viajou por todo o país para conhecer e discutir a realidade das instituições e dos alunos do ensino superior. Também pretendia debater a Reforma Universitária no bojo das Reformas de Base propostas ao governo de João Goulart (1961-1964). Essa experiência foi de grande relevância, já que foi possível produzir uma importante reflexão sobre a realidade nacional, suas contradições e potencialidades, assentada na arte, cultura e principalmente no diálogo com a comunidade acadêmica.

Nesse contexto a universidade despertou para o compromisso que deveria ter com a sociedade e ainda, segundo Gadotti (2017), contava nesse momento com a

influência do trabalho de Paulo Freire. Sua influência se fazia sentir também na criação do Serviço de Extensão Cultural, na Universidade do Recife, na qual lecionava; no Movimento de Cultura Popular (MCP); no Movimento de Educação de Base (MEB) e no Centro Popular de Cultura (CPC) da UNE. Surgia a ideia da extensão focada na educação popular, buscando a interação dialógica entre universidade e sociedade.

A extensão assumiu sua legitimidade nas universidades com a Lei federal nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, conhecida como Lei da Reforma Universitária. Criada no governo ditatorial do primeiro presidente militar Costa e Silva (1964-1968), tornou a extensão universitária obrigatória no sistema de ensino superior brasileiro. No entanto deixava claro seu caráter vertical, hierarquizado e autoritário, posto que as pesquisas saíam prontas e acabadas da universidade para “ensinar” a sociedade.

Era uma via de mão única, só havia espaço para a produção do conhecimento acadêmico, por isso vertical. A Lei estabelecia que “(...) as universidades e as instituições de ensino superior estenderão à comunidade, sob a forma de cursos e serviços especiais, as atividades de ensino e os resultados da pesquisa que lhe são inerentes” (Artigo 20). Assim, cabia à comunidade apenas conhecer o resultado das pesquisas realizadas nas universidades que não dialogavam com a sua realidade e vivências.

Gadotti (2017) afirma que o Golpe Civil-Militar de 1964, foi também um golpe contra a educação popular. Em 1964 Freire coordenava o Plano Nacional de Alfabetização no governo do presidente João Goulart, com o Golpe ele foi considerado traidor, ficou 70 dias na prisão e depois se exilou na Bolívia e depois Chile, interrompendo seus projetos educacionais aqui no Brasil.

Seu projeto de Educação Popular acontecia no Centro de Cultura e usava a metodologia do Círculo de Cultura, onde os educandos escolhiam previamente os temas que eram de seu interesse e o educador promovia o debate no círculo. Porém o educador podia inserir novos temas que os chamou de “temas de dobradiça”, seriam temas fundamentais para melhor esclarecer ou iluminar a temática sugerida pelo grupo.

Freire dizia uma das tarefas do chamado intelectual era perceber os temas que eram necessários para viabilizar compreensão mais crítica da temática discutida, esse era o trabalho do intelectual, do educador comprometido. Era nos Círculos de Cultura que acontecia de fato a educação popular, assentados no

diálogo, participação, trabalho em grupo e respeito mútuo. Freire dizia que Círculo de cultura consiste em um espaço de diálogo entre aprender e ensinar, onde não se tem um objeto, mas que todos são sujeitos de trocas de novas hipóteses de leitura de mundo (FREIRE, 1994. p. 155).

Em consonância com a Constituição de 1988, chega mais tarde a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996), que veio reforçar o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. A LDBEN estabelecia que uma das finalidades da Educação Superior é “promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e dos benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição” (BRASIL, 1996). Assim transformava a extensão num instrumento de mudança social.

Na verdade, a LDBEN assegurou o caráter social da extensão, mas não deu conta de resolver essa questão na prática. Quando nos deparamos com a prática da extensão, encontramos duas vertentes, uma extensão assistencialista que está presente em muitas instituições, lamentavelmente, ainda hoje e outra não assistencialista. Gadotti nos ajuda a entender as diferenças entre elas:

A primeira entende a Extensão Universitária como a transmissão vertical do conhecimento, um serviço assistencial, desconhecendo a cultura e o saber popular. Basicamente essa concepção sustenta que “aqueles que têm, estendem àqueles que não têm”. Essa visão assistencialista traz, pois, uma direção unilateral, ou seja, é uma espécie de rua de mão única: só vai da universidade para a sociedade. A mão inversa não é considerada. É interpretada como não existente. Logo, não se leva em conta o que vem da sociedade para a universidade, seja em termos da sociedade sustentando o ensino superior, seja em termos do próprio saber que a universidade elabora.

A segunda vertente entende a extensão como comunicação de saberes. É uma visão não assistencialista, não extensionista de Extensão Universitária. A proposta de Paulo Freire de substituição do conceito de extensão pelo de comunicação vai nesta linha. Ela se fundamenta numa teoria do conhecimento, respondendo à pergunta: como se aprende, como se produz conhecimento. Uma teoria do conhecimento fundamentada numa antropologia que considera todo ser humano como um ser inacabado, incompleto e inconcluso, que não sabe tudo, mas, também, que não ignora tudo (2017).

Diante do exposto por Gadotti, podemos perceber que o modelo de extensão assistencialista posto nas universidades, preocupa-se em produzir o conhecimento científico, ou seja, específico direcionado e “estendê-lo” a sociedade, no sentido de dar continuidade conforme estabelecido na Lei de Reforma Universitária em 1969

pelo presidente militar Costa e Silva. Não está comprometida em se debruçar nas necessidades ou interesse que a sociedade possui.

Quando Freire nos chama atenção para a importância de conhecer a cultura dessa sociedade, ele está falando de conhecer o cotidiano delas. É saber como as pessoas pensam, se relacionam, se alimentam, como se locomovem, o que produzem de arte para então pesquisar “com elas” as coisas que de fato as interessam, deixa de ser extensão e passa ser “comunicação dos saberes”.

Recentemente tivemos uma nova regulamentação que estabelece às diretrizes que define os princípios, os fundamentos e os procedimentos que devem ser observados no planejamento para a Extensão na Educação Superior Brasileira, a resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018.

Na legislação em vigor destacamos três questões que consideramos mais relevantes para a proposta do nosso trabalho. Em primeiro lugar, percebemos o incentivo e valorização a extensão universitária quando encontramos um artigo específico na resolução que garante a manutenção de uma carga horária mínima inserida na matriz curricular dos cursos. Trata-se do Art. 4º da resolução onde se explicita que: “As atividades de extensão devem compor, no mínimo, 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação, as quais deverão fazer parte da matriz curricular dos cursos”.

Outro ponto de grande relevância está proposto no Art. 9º. Nele fica estabelecido que as atividades de extensão nos cursos superiores, na modalidade à “distância” devem ser aplicadas em polo presencial. Entendemos que há uma inversão da aplicação da extensão nesse momento. Nas modalidades “presenciais” a extensão pode acontecer à distância, o que a nosso ver contribui para a aplicabilidade e funcionalidade do curso de extensão em EaD, ampliando as possibilidades da extensão.

A última questão a ser destacada é o que está disposto no Art. 17. Através dele torna-se possível o estabelecimento de parcerias entre instituições de ensino superior. Tal prática é fundamental para estimular a mobilidade interinstitucional, enriquecendo as experiências tanto dos estudantes quanto dos docentes.

6.2 Descrição do Produto

O produto resultante de nosso trabalho corresponde a um minicurso de extensão, oferecido sob o título de “Patrimônio e Justiça Ambiental: as conexões nas cidades a partir da obra de Carolina Maria de Jesus”. Esse minicurso foi ministrado na Universidade Federal do Rio de Janeiro – Unirio, dentro do projeto de extensão “A Contemplação da Paisagem: Turismo, Urbanismo e Yoga” coordenado pela Profª Drª Vera Lucia Borgéa Borges. A duração total do minicurso foi de seis horas, divididas em dois encontros de três horas. O primeiro encontro ocorreu no dia 12/11 das 14h00min às 17h00min horas, nas dependências do Campus da Av. Pasteur, 458 / Urca – RJ, nas salas 215 e 204 do prédio do CCH, da Unirio. O segundo encontro foi realizado no dia 13/11 no mesmo horário e local. As inscrições para o minicurso foram feitas através de um link (<https://forms.gle/UVp1a34agxPLtpWB8>), criado pela própria universidade;

Optamos pela realização do minicurso na referida instituição considerando, principalmente, a questão da parceria e dos intercâmbios institucionais. Em primeiro lugar vislumbrando os ganhos provenientes da troca de experiências e do intercâmbio entre a FOA/MECSMA e a Unirio. Entendemos que experiências como essa podem enriquecer a ambas as partes em função do estreitamento dos diálogos e do compartilhamento de relatos e práticas entre instituições públicas e privadas de ensino superior, bem como das comunidades que transitam nos espaços delas. Além disso, consideramos que inserir nosso produto em um projeto mais amplo de extensão, nos permitiria melhor avaliar a efetividade dele. Isso porque ele estaria sendo oferecido a um público mais diversificado e heterogêneo, característico das instituições públicas de ensino no Brasil.

O primeiro dia do minicurso, correspondendo ao encontro de 12/11, foi aberto com a apresentação da proposta e dos objetivos dele. Foram explicitados os dois objetivos gerais do produto, quais sejam:

- Refletir sobre a questão da Injustiça Ambiental no Brasil atual, considerando que os espaços nos quais ela se materializa surgem como fruto de estratégias de dominação.
- Demonstrar a possibilidade do desenvolvimento de táticas de resistência em espaços marcados pela “Injustiça Ambiental”.

Nessa ocasião também foi exposto aos cursistas que o fio condutor do trabalho e das discussões seria a obra da escritora Carolina Maria de Jesus.

Concluída essa apresentação, desenvolvemos breve consideração sobre a biografia e a trajetória de Carolina Maria de Jesus. Para tanto usamos um vídeo produzido pela Prof^a Dra. Elena Pajaro Peres, professora e pesquisadora da Universidade de São Paulo – USP e especialista na obra de Carolina de Jesus¹. Partindo da exposição da professora Elena, desenvolvemos algumas questões complementares que consideramos de maior relevância. Em primeiro lugar falamos da “linguagem caroliniana”, isto é, a forma própria de escrita da autora. Mesmo sem estar amparada na norma culta ou na NRGB (Normas e Regras Gramaticais Brasileiras), Carolina foi capaz de transmitir aos seus leitores de forma clara e plena de sentimento suas ideias e suas experiências. Um segundo ponto correspondeu às múltiplas vivências de Carolina e os diferentes universos culturais nos quais transitou. Originária de uma família descendente de escravizados, em sua infância foi muito influenciada por seu avô – Benedito José da Silva – conhecido entre seus pares como o “Sócrates Negro”. Saindo de Sacramento e se afastando do rigoroso código moral do avô, Carolina conheceu outros ambientes e entrou em contato com novos referenciais culturais chegando a se relacionar com imigrantes portugueses, espanhóis e tendo parceiros provenientes de espaços sociais que não o dela. Essas múltiplas vivências e experiências se refletem em sua obra e na forma perspicaz como percebe o meio e o espaço em que viveu.

Concluídas as considerações biográficas, partimos para o ponto central do primeiro encontro: o desenvolvimento do primeiro eixo estruturante – “A vida no Canindé: a percepção da injustiça ambiental”. Para tanto propusemos, inicialmente, a discussão dos conceitos de Justiça e Injustiça Ambiental. Os referenciais teóricos utilizados nessa etapa foram as obras e reflexões de Henri Acselrad e Myrsa Pegado, dos quais já tratamos quando expusemos as bases teóricas de nosso trabalho. Como suporte para essas discussões, lançamos mão de slides onde foram apresentados os conceitos, e aos quais adicionamos imagens cuja leitura facilitava a percepção e compreensão dos espaços marcados pela Justiça e pela Injustiça ambiental.

¹ O vídeo está disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=T0ncwWD1C9g> (acessado em 20/11/2019).

Após as discussões teóricas iniciamos o trabalho com as fontes. Foram apresentados trechos da obra de Carolina de Jesus que evidenciavam a sua percepção do espaço em que viveu e da Injustiça Ambiental que o caracterizava. Novamente foram utilizados slides nos quais associamos textos da autora às imagens do Canindé, produzidas no período em que Carolina e sua família lá viveram.

Concluindo o primeiro dia do minicurso desenvolvemos uma dinâmica com os cursistas, cuja temática central consistiu na “Percepção da Injustiça Ambiental”. O elemento problematizador e o ponto de partida do trabalho foi o vídeo “Justiça Ambiental, Resistência e Agrotóxicos” produzido por Isabelle Bruna Barbieri, mestranda em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina e que discute em sua pesquisa as relações entre a Justiça Ambiental e a questão dos agrotóxicos no Brasil². Após a apresentação do vídeo foram propostos aos cursistas os seguintes pontos para discussão:

Elementos comuns entre as questões tratadas nos vídeos e a realidade de Carolina Maria de Jesus.

Exemplos de situações do Brasil atual que remetam à realidade de Carolina de Jesus e às questões tratadas nos vídeos.

Através desses tópicos de discussão pretendíamos suscitar o debate no sentido de demonstrar que a Injustiça Ambiental se manifesta de diferentes formas e em diferentes espaços, porém sempre como reflexo dos interesses de grupos hegemônicos e dominantes na sociedade. Além disso, buscamos através das discussões, estabelecer pontos de continuidade entre o espaço e o tempo de Carolina de Jesus e o Brasil de hoje. Vale ressaltar a participação espontânea e rica dos cursistas.

O segundo dia do minicurso, 13/11, foi iniciado com uma rápida retrospectiva dos trabalhos do dia anterior. Feito isso, apresentamos os objetivos que pretendíamos alcançar no segundo encontro. Foram eles:

- Demonstrar como é possível construir a consciência, desenvolver táticas de resistência e (re) inventar o cotidiano em espaços marcados pela Injustiça Ambiental.

² O vídeo está disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=3lmFD4pRhWY> (Acessado em 19/11/2019).

- Demonstrar como a Arte/Literatura podem ser pensadas como táticas de (re) invenção do cotidiano e, portanto, de resistência a estratégias de dominação.

Apresentados os objetivos iniciamos discussão conceitual na qual desenvolvemos os conceitos de “Estratégias” e “Táticas”, conforme teorizados pelo historiador e filósofo francês Michel de Certeau (DE CERTEAU, 1994). Concluídas as discussões teóricas iniciamos a parte central desse encontro, na qual discutimos o segundo eixo estruturante do minicurso, qual seja: “Superando a ‘insciência’: produção de consciência e resistência em espaços degradados”.

Para tanto utilizamos o recurso dos slides, onde foram apresentados trechos da produção literária e artística de Carolina. Neles procuramos evidenciar a produção de táticas de resistência. Além de fragmentos do “Quarto de Despejo” ainda inserimos nos slides músicas e poesias produzidas por Carolina de Jesus. Com isso pretendemos evidenciar o caráter dessa produção como táticas que sua autora desenvolveu diante das estratégias a que estava submetida.

Concluindo o segundo encontro propusemos nova dinâmica com a temática: “A Arte como Tática de Resistência”. Foi feita uma pequena introdução em que demonstramos que a arte pode funcionar como instrumento de resistência, evidenciando que ela se efetiva em diversos níveis e formas de manifestação. Para isso exibimos três vídeos. No primeiro, intitulado “Arte como Resistência”³, os produtores mostram como os grafites e o hip-hop, no Norte do Brasil, são mecanismos de resistência das comunidades das periferias de cidades como Belém e Manaus. Os dois outros vídeos correspondem a entrevistas do artista plástico e escritor Tião Santos, respectivamente no “Programa do Jô”⁴, em 11 de maio de 2009, e no programa “De Frente com Gabi”⁵ apresentado em 07 de dezembro de 2014.

Após a exibição dos vídeos foram levantados pontos de discussão fazendo um paralelo entre as trajetórias de Carolina de Jesus e de Tião Santos. Nesses debates os cursistas demonstraram grande interesse, historicizando a trajetória dos dois protagonistas e, a partir daí, apontando os elementos de convergência e divergência entre eles. Entretanto foi unânime a conclusão de que, tanto para Carolina de Jesus quanto para Tião Santos, a arte funcionou e funciona (no caso do

³ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=IHrw631fa5s> (Acessado em 20/11/2019).

⁴ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6KcfzTf7iqk> (Acessado em 20/11/2019).

⁵ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=dEMYBFT3IP0> (Acessado em 20/11/2019).

último) como uma tática de resistência. Assim concluímos o minicurso, sentindo termos alcançado nosso propósito.

6.3 Resultados Dos Questionários Avaliativos

Após o termino do minicurso os cursistas responderam a um questionário avaliativo, através do link (<https://forms.gle/kbyRy3Z94Qnzbgzs8>). Seu propósito foi sondar a consecução dos objetivos que estabelecemos. Isso foi constituído de seis questões fechadas, cuja íntegra encontram-se no Apêndice desse trabalho.

Dos dezenove participantes do curso, dezessete responderam ao questionário. Os dois cursistas que não o realizaram, mesmo após algumas tentativas de contato, não justificaram essa postura. A seguir apresentamos uma tabela com os resultados obtidos a partir da análise das respostas⁶.

Tabela 1. Resultados obtidos das respostas.

QUESTÃO	SIM	NÃO	PARCIALMENTE	TOTAL
1) Os temas abordados no curso trouxeram alguma informação que você não conhecia?	17	-	-	17
2) Antes de fazer o curso você se considerava um agente histórico crítico?	12	5	-	17
3) Após o curso você se considera um agente histórico crítico e ativo em nossa sociedade?	14	3	-	17
4) O curso contribuiu para a formação da sua consciência socioambiental?	12	-	5	17
5) Você acha importante desenvolver projetos, trabalhos e atividades que fomente as questões socioambientais contemporâneas entre os discentes do ensino superior?	17	-	-	17
6) Você mudou a forma de ver e pensar o que é meio ambiente?	12	5	-	17

Fonte: Questionários avaliativos propostos ao final de cada etapa do minicurso (dias 12 e 13/11/2019).

⁶ As respostas utilizadas para a produção da tabela e para a análise dos dados estão referendadas por “Termo de Consentimento” dado pelos cursistas, disponíveis para qualquer eventualidade.

A análise dos resultados obtidos nos questionários aponta, em especial, para dois caminhos que consideramos de fundamental importância.

Em primeiro lugar ela nos permite dizer que um dos fatores que, a nosso ver, justificam e fundamentam nossos esforços foi contemplado de forma significativa. Partindo dos dados do questionário constatamos que 100% dos cursistas que o realizaram adquiriram novas informações no tocante às questões abordadas no curso, voltadas para o meio ambiente e, especialmente, para a injustiça ambiental. Além disso, observamos que aproximadamente 70,6% dos participantes que responderam ao questionário entenderam que o minicurso contribuiu para a formação de sua consciência socioambiental. Vale também destacar que esse mesmo percentual de cursistas, ou seja, 70,6% deles mudou sua forma de ver e pensar o meio ambiente.

Em nossa análise, tais dados demonstram que conseguimos avançar em uma das questões que nos sensibilizou e mobilizou para a realização de nosso trabalho. Isso porque, na introdução dele, afirmamos que a conscientização do cidadão ou da cidadã permite que eles atuem como agentes históricos, críticos e ativos, diante da crise ambiental que agora enfrentamos. Assim, estes deixam a condição de espectadores dessa crise e ganham condições para enfrentá-la, bem como para contribuir na sua superação. Portanto os dados anteriormente propostos evidenciam que nosso produto contribuiu de alguma forma nesse sentido.

Finalmente, outro ponto que nos chamou atenção corresponde a um dos objetivos específicos que estabelecemos para nosso trabalho. Nele afirmamos que, através de nossa pesquisa e de seu produto, pretendemos privilegiar a noção de táticas dos sujeitos praticantes, perspectivando possíveis práticas que promovam a Justiça Ambiental. Analisando as respostas dos questionários constatamos que houve um aumento de, aproximadamente, 11,8% daqueles que se consideram agentes históricos críticos a partir das experiências vivenciadas no minicurso. Ainda que não sejam percentuais muito altos esse fato ganha relevância diante da importância das questões ambientais na contemporaneidade. Partindo do princípio de que, como já afirmamos em outras etapas de nosso trabalho, as táticas são capazes de romper, burlar ou amenizar os efeitos das estratégias de dominação esse crescimento, ainda que tímido, é válido e importante. Principalmente quando consideramos que os problemas ambientais que hora enfrentamos estão

intimamente ligados a diversos mecanismos de dominação inerentes aos modelos sócio-econômicos hoje vigentes.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final dos esforços e da pesquisa envolvida em nosso trabalho, elegemos algumas considerações que consideramos mais relevantes a título de conclusão. A primeira delas corresponde ao sentido e ao significado da arte, da literatura e dos próprios livros na vida e na trajetória dos indivíduos, bem como na construção de suas identidades. Em nosso caso, especialmente, de Carolina Maria de Jesus. Na condição de mulher, negra e pobre, em um Brasil da segunda metade do século XX, a submissão, a falta de perspectivas sociais e a total sujeição às estratégias de dominação inerentes ao meio em que vivia se apresentavam como barreiras praticamente intransponíveis para nossa autora. Entretanto ela viu nos livros, na escrita e em outras formas de manifestação artística a “matéria prima” que poderia utilizar na produção de táticas de resistência que proporcionariam a “re-invenção” de seu cotidiano, ao mesmo tempo em que tornaria mais amena e suportável sua realidade.

Nesse sentido Carolina prescinde do academicismo e do rigor de uma educação científica e formal e revela um talento e uma sensibilidade que a elevam a um patamar diferente daquele em que viviam seus vizinhos do Canindé e seus pares no sofrimento e na fome. Superando, em suas palavras, a “insciência” ela percebe a injustiça ambiental que caracteriza o seu espaço e explicita essa percepção em uma linguagem e escrita própria. Nesse processo, para Carolina de Jesus, a leitura, o ato de escrever e os próprios livros são, ao mesmo tempo, um meio e um fim. Agindo, vivendo e produzindo dessa maneira consideramos que nossa autora se equipara a outros grandes nomes da literatura e da arte muito distantes dela em termos históricos, culturais e em formação. Nesse particular nos chamou a atenção sua relação com os livros. A fim de ilustrar esse raciocínio propomos a comparação de dois fragmentos. Um de Carolina e outro do sábio, político e escritor renascentista Nicolau Maquiavel.

Em seu “Quarto de Despejo” Carolina de Jesus nos fala de sua relação com os livros e de sua importância em sua vida. Segundo ela:

[...] Quando cheguei em casa era 22,30. Liguei o rádio. Tomei banho. Esquentei comida. Li um pouco. Não sei dormir sem ler. Gosto de manusear um livro. O livro é a melhor invenção do homem (Jesus, 2014. p. 24).

Citando Maquiavel o escritor e ensaísta argentino Alberto Manguel, nos mostra uma concepção do sábio florentino que muito o aproxima da brasileira Carolina de Jesus. Maquiavel, ao falar de seus hábitos, nos diz que:

Quando chega a noite, volto para casa e vou para meu estúdio. No umbral, tiro as roupas do dia, enlameadas e suarentas, e visto paramentos dignos da corte ou palácio, e, nesses trajes, mais graves, penetro nos recintos dos antigos e sou recebido por eles, e ali provo do alimento que me é mais afeito, para o qual nasci. Ali ousa falar-lhes e perguntar sobre os motivos de seus atos, e eles me respondem com toda a humanidade. E por quatro horas esqueço este mundo, não lembro dos aborrecimentos, não temo a pobreza, não tremo diante da morte: sou parte daquele mundo (In: Manguel, 2006, p. 160).

Outra questão que consideramos relevante é o fato de que, ainda que essa não seja uma intenção consciente, Carolina de Jesus se insere no contexto daqueles que fazem da arte um instrumento de transformação social. Essa função da produção artística é notória e já foi teorizada por muitos. A título de ilustração desse raciocínio transcrevemos, a seguir, a proposta do teórico da literatura Alfredo Bosi:

É preciso lembrar, porém, que alguns traços formadores da cultura moderna [...] conferem à ciência, às artes e à filosofia um caráter de resistência, ou a possibilidade de resistência, às pressões estruturais dominantes em cada contexto. [...] Esse vetor da cultura como consciência de um presente minado por graves desequilíbrios é o momento que preside à criação de alternativas para um futuro de algum modo novo. (BOSI, 2002, p. 17).

Para Carolina o ato de escrever se inscreve, como procuramos demonstrar, na perspectiva da resistência à exclusão social, à dominação e as distorções e carências presentes no meio em que vive. No entanto consideramos ser explícito o caráter e o teor de denúncia social de sua produção literária. A própria autora, em sua linguagem particular, usa em certos momentos esse instrumento de forma deliberada. Acreditamos que o trecho a seguir referenda essa proposição:

Vocês são incultas, não podem compreender. Vou escrever um livro referente a favela. Hei de contar tudo que aqui se passa. E tudo que vocês fazem. Eu quero escrever o livro, e vocês com essas cenas desagradáveis me fornece os argumentos (JESUS, 2014. P.20).

Esse caráter da obra de Carolina de Jesus, a nosso ver, abre um leque de possibilidades de utilização dela, bem mais amplo do que aquele que propomos em nosso trabalho. Nosso objetivo foi o de utilizar sua produção como base para a construção de um minicurso de extensão, portanto voltado para o ambiente do

ensino superior, que desenvolvesse questões relacionadas à justiça e à injustiça ambiental. Entretanto o caráter social explícito na obra de Carolina de Jesus potencializa essa utilização. Em primeiro lugar por possibilitar, por exemplo, que o debate em torno da consciência, da educação e da justiça ambiental seja levado à Educação Básica em uma perspectiva transdisciplinar. Diversos componentes curriculares desse nível do ensino podem trabalhar de forma conjunta e integrada as questões ambientais a partir da obra de Carolina. Além disso, a forma como a autora constrói e desenvolve sua narrativa torna possível que não só as questões ambientais, mas também diversos outros componentes da vida social sejam pensados e discutidos em diversos níveis de ensino e ambientes. Sua linguagem própria e a forma como expõe e “re-inventa” seu cotidiano torna possível e eficaz que o mediador que desenvolver esse trabalho, em uma perspectiva freireana, utilize e valorize as vivências e experiências de seu público alvo. Esperamos que, ao disponibilizar nosso trabalho, ele possa contribuir de alguma forma nesse sentido.

Por último, percebemos na trajetória desenvolvida por Carolina a construção de um “lugar de fala”. Quem nos direciona nesse sentido é a filósofa e ativista do feminismo negro, Djamila Ribeiro. Em sua obra “Lugar de fala” ela cita as palavras de Patrícia Hill Collins, sobre a “importância de as mulheres negras fazerem uso criativo do lugar de marginalidade que ocupam na sociedade a fim de desenvolver teorias e pensamentos que reflitam diferentes olhares e perspectivas” (In: RIBEIRO, 2019. p. 44). Carolina vivia no Canindé na condição de mulher, pobre, negra e sem marido, o que a colocava em condição inferior às demais que eram mulheres, brancas e com marido mesmo compartilhando o mesmo espaço social. Nesse sentido podemos entender que Carolina se coloca como outsider no espaço em que vive proporcionando a ela um ponto de vista especial, posto que pode enxergar a sociedade em um espectro mais amplo (RIBEIRO, 2019. p.46). Entendemos que partindo dessa posição nossa autora passa a fazer o referido “uso criativo” de sua condição e produz um lugar de fala, não só na perspectiva dolorosa, mas também de potência. Isso porque através de sua arte denuncia todo o preconceito e discriminação de que é alvo assim como produz táticas que viabilizam a superação dessa condição.

Acreditamos ter exposto, ainda que de forma breve, as conclusões a que chegamos através de nossa pesquisa, de nosso trabalho e do estreitamento de nossos laços com aquela que, mais do que um objeto de estudos, converteu-se em

uma referência de luta e superação: Carolina Maria de Jesus. Esperamos com isso poder contribuir, mesmo modestamente, com o avanço do debate e das reflexões relativas às questões ambientais, à injustiça ambiental e, especialmente, com a valorização da obra e preservação da memória dessa grande mulher e brasileira que foi a nossa Carolina.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACSELRAD, Henri. *Ambientalização das lutas sociais – o caso do movimento por justiça ambiental*. 2010. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/10469>>. Acesso em 23 set. 2019.

_____. *Justiça Ambiental e a construção social do risco*. 2002. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/made/article/viewFile/22116/14480>>. Acesso em: 12 out. 2019.

_____. HERCULANO, Selene; PÁDUA, José Augusto (Org.). *Justiça ambiental e cidadania*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

_____. Mello, Cecília Campello do A. BEEZERRA, Gustavo, das Neves *O que é justiça ambiental*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

BARBIERE . Isabelle Bruna, *Justiça Ambiental, Resistência e Agrotóxicos*. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=3lmFD4pRhWY>>. Acessado em 19 nov. 2019.

BARROS, Rosanna. *Revisitando Knowles e Freire: Andragogia versus pedagogia, ou O dialógico como essência da mediação socio pedagógica*. 1Educ. Pesqui, São Paulo, v. 44, e173244, 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022018000100465>. Acessado em: 25 de junho de 2019.

Beck, C. *A história da Andragogia*. Andragogia Brasil. 2015. Disponível em: <<https://andragogiabrasil.com.br/a-historia-da-andragogia/>>. Acesso em: 31 jul. 2019.

_____. Alexander Kapp: o primeiro andragogo. Andragogia Brasil. 2015. Disponível em: <<https://andragogiabrasil.com.br/alexander-kapp/>>. Acesso em: 20 jun. 2019.

_____. Eduard Lindeman: andragogo americano. Andragogia Brasil. 2015. Disponível em: <<https://andragogiabrasil.com.br/eduard-lindeman/>>. Acesso em: 20 jun. 2019.

_____. Eugen Rosenstock: educador alemão. Andragogia Brasil. 2015. Disponível em: <<https://andragogiabrasil.com.br/eugen-rosenstock/>>. Acesso em: 20 jun. 2019.

_____. Malcolm Knowles: o pai da andragogia. Andragogia Brasil. 2015. Disponível em: <<https://andragogiabrasil.com.br/malcolm-knowles/>>. Acesso em: 31 jul. 2019.

_____. *Método Paulo Freire de alfabetização*. Andragogia Brasil. 2016. Disponível em: <<https://andragogiabrasil.com.br/metodo-paulo-freire-de-alfabetizacao/>>. Acesso em: 31 jul. 2019.

_____. *Fluxo de Aprendizagem Andragógica*. Andragogia Brasil. 2017. Disponível em: <<https://andragogiabrasil.com.br/fluxo-de-aprendizagem-andragogica/>>. Acesso em: 31 jul. 2019.

BOSI, A. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

BULLARD, Robert. *Enfrentando o racismo ambiental no século XXI*. In: ACSELRAD, Henri;

CERTEAU, Michel de. A Invenção do cotidiano: artes de fazer. 11a edição. Petrópolis: Vozes, 1994.

CUNHA, Belinda Pereira da Crise Ambiental. 1 ed. Curitiba. Appris, 2016.

Declaração de Princípios. Disponível em:

<http://www.justicaambiental.org.br/_justicaambiental/pagina.php?id=229>. Acessado em 07 out.2019.

DEMATTEIS, Giuseppe. Geografia Democrática, território e desenvolvimento local. Formação, n. 12, v. 2, 2005. P. 11-26.

FARIAS, Tom. Carolina: uma biografia. Rio de Janeiro: Malê, 2017.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro. Paz e terra, 42 ed. 2005.

_____. Educação como prática da liberdade. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 30 ed. 2007.

_____. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

_____. Cartas a Cristina. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

GADOTTI, Moacir. Extensão Universitária: Para quê? 2017. Disponível em:

<https://www.paulofreire.org/images/pdfs/Extens%C3%A3o_Universit%C3%A1ria_-_Moacir_Gadotti_fevereiro_2017.pdf>. Acesso em 23 set. 2019>.

JESUS, Carolina Maria de. Diário de Bitita. São Paulo: SESI-SP editora, 2017.

JESUS, Carolina Maria de. Quarto de despejo: diário de uma favelada. 10 ed. São Paulo: Ática, 2014.

LOUREIRO, Carlos Frederico B. LIMA, Maria Jacqueline Girão Soares de.

Ampliando o debate entre Educação e Educação Ambiental. Revista

Contemporânea de Educação, nº 14. 2012. Disponível em:

<https://www.academia.edu/23772546/AMPLIANDO_O_DEBATE_ENTRE_EDUCA%C3%87%C3%83O_E_EDUCA%C3%87%C3%83O_AMBIENTAL>. Acesso em 17 nov. 2019.

PEGADO, Myrza. A justiça Ambiental. 2016. Disponível em:

<<https://jus.com.br/artigos/47150/a-justica-ambiental>>. Acesso em 23 set. 2019.

PERES, Elena Pajaro, Poética da Diáspora. Disponível em:

<<https://www.youtube.com/watch?v=T0ncwWD1C9g>>. Acessado em 20 nov.2019.

PINHEIRO, João. BARBOSA, Sirnele. Carolina. 3º edição. São Paulo: Veneta, 2018.

RAMMÊ, Rogério Santos. Da justiça ambiental aos direitos e deveres ecológicos: conjecturas políticos-filosóficas para uma nova ordem jurídico-ecológica. Caxias do Sul, RS: Educus, 2012.

SANTOS, Milton. Por uma Geografia Nova. São Paulo. Hucitec-EDUSP, 1978.

APÊNDICES

APÊNDICE 1. SLIDES DO MINICURSO PRIMEIRO DIA

SLIDE 1.



Parte I:
Patrimônio e justiça ambiental: as conexões nas
cidades a partir da obra de Carolina Maria de Jesus.



Professora: Kelen
Gurgel Meirelles
Participação especial:
Prof. Dra. Vera Borges

SLIDE 2.

2. Quem foi Carolina Maria de Jesus?

- Uma poetisa negra, sambista, empregada doméstica, mãe solteira, catadora de papel e moradora da primeira favela de São Paulo-Canindé que resiste às estratégias de dominação construídas pela classe dominante.



SLIDE 3.

3.A vida no Canindé: a percepção da injustiça ambiental

- **Declaração de Princípios 2001 - “Colóquio Internacional sobre Justiça Ambiental, Trabalho e Cidadania” – UFF.**

Injustiça Ambiental

- É o mecanismo pelo qual sociedades desiguais, do ponto de vista econômico e social, destinam a maior carga dos danos ambientais do desenvolvimento às populações de baixa renda, aos grupos raciais discriminados, aos povos étnicos tradicionais, aos bairros operários, às populações marginalizadas e vulneráveis” (DECLARAÇÃO DE PRINCÍPIOS, 2001).

SLIDE 4.

Espaços marcados pela Injustiça Ambiental

A Injustiça Ambiental faz com que os riscos ambientais sejam distribuídos de forma desigual, com maior gravame para as populações mais carentes de recursos financeiros e de informação (PEGADO 2016).



São Paulo - favelas da Linha e do Norte

SLIDE 5.

Espaços marcados pela Justiça Ambiental

- Seria o ideal que se deseja alcançar, ultrapassando a realidade discriminatória existente (PEGADO 2016).
- "Direito a um meio ambiente seguro, sadio e produtivo para todos, onde o meio ambiente é considerado em sua totalidade, incluindo suas dimensões ecológicas, físicas construídas, sociais, políticas, estéticas e econômicas" (ACSELRAD, 2009).



PROJETO BATERIA URBANA, EM MADRI

SLIDE 6.

Canindé: Quarto de despejo

- O ex-governador de São Paulo, Adhemar Barros e o ex-prefeito Paulo Lauro, mandaram recolher das ruas tudo **(ou todos)** que não colaborassem para a boa imagem da cidade. **A favela, era um espaço para descarte de tudo de que já não se precisava.**



Favela do Canindé. Fotos de Audálio Dantas

- Terrenos de seis metros de frente com doze de fundos, a margem do rio Tietê, eram cedidos pela prefeitura.
- Não dispunham de luz elétrica, de água tratada (retiravam diretamente do rio) e de redes de esgoto.

SLIDE 7.

Canindé de Carolina Maria



- *Todas as noites eu dava duas viagens. Eu ia de bonde, e voltava a pé com as tabuas na cabeça. Três dias eu carreguei tabuas dando duas viagens. Dêitava às duas horas da manhã. Eu ficava tão cansada que não consegui dormir. Eu mesma fiz meu barracãozinho. 1 metro e meio por um metro e meio (FARIAS, 2017).*

Justiça Ambiental – direito a um meio ambiente seguro, sadio e produtivo para todos, onde o “meio ambiente” é considerado em sua totalidade, incluindo suas dimensões ecológicas, físicas, construídas, sociais, políticas, estéticas e econômicas (ACSELRAD, 2009).

APÊNDICE 2. SLIDES DO MINICURSO SEGUNDO DIA

SLIDE 1.



Parte II:

- **Patrimônio e justiça ambiental: as conexões nas cidades a partir da obra de Carolina Maria de Jesus.**



Professora: Kelen Gurgel Meirelles
Participação especial: Prof. Dra. Vera Borges

SLIDE 2.

2. Superando a “*insciência*”: produção de consciência e resistência em espaços degradados

- “A narrativa de **Diário de Bitita** traz à tona reflexões indignadas de uma (...) mulher que viu a marca da crueldade dos poderosos, incluindo os policiais, que a escritora chamava de **inscientes**, sem **consciência social**. Afirmava que eram pretos e pobres como eles, mas se portavam como patrões: nada mais que a **junção do oprimido ao opressor**. (BARBOSA, PINHEIRO, 2018).



- **25 de dezembro** – (...) Não sei porque é que estes comerciantes **inconscientes** vem jogar seu produtos deteriorados aqui perto da favela, para as crianças ver e comer.

SLIDE 3.

2. Superando a “insciência”: produção de consciência e resistência em espaços degradados

- **Tática – posse dos livros – atende as suas necessidades.**

- [Conta que quando teve que largar os estudos para ir com a mãe e o padrasto para um sítio] Enquanto minha mãe encaixotava os nossos utensílios, eu encaixotava os meus livros, a única coisa que eu venerava (BARBOSA, PINHEIRO, 2018).



- **21 de julho 1955** – [...] Quando cheguei em casa era 22,30. Liguei o rádio. Tomei banho. Esquentei comida. Li um pouco. Não sei dormir sem ler. Gosto de manusear um livro. **O livro é a melhor invenção do homem** (Jesus, 2014. p. 24).

SLIDE 4.

2. Superando a “insciência”: produção de consciência e resistência em espaços degradados

- **Tática – escrever**



Carolina de Jesus autografando seu livro “Quarto do despejo”, em 1960 | Foto de arquivo/Agência O GLOBO



As escritoras Clárcia Lispector e Carolina de Jesus durante o lançamento de um livro (Foto: Acervo de divulgação/ Editora Rocco)

○ Estado de S. Paulo - 25/9/1960

Os mais vendidos

LIVROS

- 1 — Quarto de despejo — Carolina Maria de Jesus (1)*
- 2 — Fuzileiro sobre Cuba — Jean Paul Sartre
- 3 — O Homem — Fico Sabá (2)
- 4 — Crônicas de um romance — Graciliano Ramos
- 5 — O Retrato — Oswald de Andrade

○ Estado de S. Paulo - 18/12/1960

Os mais vendidos

LIVROS NACIONAIS

- 1 — Quarto de despejo — Carolina Maria de Jesus (1)*
- 2 — Subversão da Escola — Jorge Amado (2)
- 3 — Terra de Careca — José Cândido
- 4 — Café na Cama — Marlon Brax (4)
- 5 — O Retrato — Oswald de Andrade (5)

APÊNCIDE 3. PROGRAMAÇÃO DO CURSO

I. Primeiro dia (3 horas):

Primeira Parte: Apresentação do curso I.

- Objetivos:
 - a) Demonstrar a possibilidade do desenvolvimento de táticas de resistência em espaços marcados pela “Injustiça Ambiental”.
 - b) Refletir sobre a questão da Justiça e da Injustiça Ambiental no Brasil atual.
- Fio condutor da proposta: a obra da escritora Carolina Maria de Jesus.

Segunda Parte: Estudo biográfico de Carolina.

- Quem foi e relevância da obra.
- Estratégias: exposição oral; vídeos; trechos de entrevistas; imagens da autora.

Terceira Parte: A vida no Canindé: a percepção da injustiça ambiental.

- Discutir o conceito de “Justiça e Injustiça Ambiental” (utilizar como suporte slides onde sejam apresentados os conceitos – procurar adicionar imagens aos slides – as imagens podem [e devem] retratar outros espaços marcados pela injustiça ambiental que não o Canindé).
- Apresentar trechos das obras de Carolina que evidenciem a sua percepção do espaço em que vive e da injustiça ambiental que o caracteriza – apresentação em slides associando textos da autora a imagens do Canindé.

Quarta Parte: dinâmica – “Percepção da Injustiça Ambiental”.

- Apresentação de vídeos:
<<https://www.youtube.com/watch?v=3lmFD4pRhWY>> (Justiça Ambiental – obs.: usar como suporte após a apresentação do vídeo estatísticas sobre a ampliação da utilização de agrotóxicos no atual governo);
- Revista – agrotóxico no Brasil:
<<https://reporterbrasil.org.br/2017/11/agrotoxicos-alimentos-brasil-estudo/>>
<<https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2019/10/mais-57-agrotoxicos-sao-liberados-no-brasil.shtml>>

- <https://www.youtube.com/watch?v=eQAAkC_CNfE> (Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil obs.: vídeo de reserva para o caso de sobrar tempo).
- A partir da leitura dos vídeos levantar os seguintes pontos para discussão:
 - a) Elementos comuns entre as questões tratadas nos vídeos e a realidade de Carolina Maria de Jesus.
 - b) Exemplos de situações do Brasil atual que remetam à realidade de Carolina de Jesus e às questões tratadas nos vídeos.

II. Segundo Dia (03 horas):

Primeira Parte: Apresentação do Curso II.

- Objetivos:
 - a) Demonstrar como é possível construir a consciência, desenvolver táticas de resistência e (re) inventar o cotidiano em espaços marcados pela Injustiça Ambiental.
 - b) Demonstrar como a Arte/Literatura podem ser pensadas como táticas de (re) invenção do cotidiano.
- Breve abordagem/ recapitulação dos conceitos de “Justiça” e “Injustiça Ambiental”; apresentação em slides associando os conceitos a imagens que os ilustrem.

Segunda Parte Superando a “*insciência*”: produção de consciência e resistência em espaços degradados.

- Desenvolver os conceitos de “Estratégias” e “Táticas” (Michel de Certeau) / slides.
- Apresentar trechos das obras de Carolina que evidenciem a sua produção de táticas de resistência; apresentação em slides associando textos da autora a imagens que retratem o reconhecimento e a divulgação de sua obra.

Terceira Parte: dinâmica – “A Arte como Tática de Resistência”.

- Pequena introdução que demonstre que a arte pode funcionar como instrumento de resistência, evidenciando que essa resistência se efetiva em diversos níveis e formas de manifestação. Exibir o vídeo:

<<https://www.youtube.com/watch?v=IHrw631fa5s>> (Hip-hop e grafite como formas de resistência).




- Exibir os vídeos: “O Lixo Maravilhoso” (obs.: podem ser exibidas as duas ou somente uma entrevista, de acordo com o tempo disponível).
- Entrevista com Tião Santos (Programa do JÔ):
<<https://www.youtube.com/watch?v=6KcfzTf7iqk>.>
- Entrevista com Tião Santos (Marília Gabriela):
<<https://www.youtube.com/watch?v=dEMYBFT3IP0>>
- Estabelecer pontos de discussão fazendo um paralelo entre as trajetórias de Carolina de Jesus e de Tião Santos.

APÊNDICE 4. QUESTIONÁRIO AVALIATIVO

1. Os temas abordados no curso trouxeram alguma informação que você não conhecia?
a) Sim b) Não
2. Antes de fazer o curso você se considerava um agente histórico crítico?
a) Sim b) Não
3. Após o curso você se considera um agente histórico crítico e ativo em nossa sociedade?
a) Sim b) Não
4. O curso contribuiu para a formação da sua consciência socioambiental?
a) Sim b) Não c) Parcialmente
5. Você acha importante desenvolver projetos, trabalhos e atividades que fomentem as questões socioambientais contemporâneas entre os discentes do ensino superior?
a) Sim b) Não
6. Você mudou a forma de ver e pensar o que é meio ambiente?
a) Sim b) Não

APÊNDICE 5. FOLDER DO PRODUTO

APOIO:

MINICURSO

TÍTULO
 “Patrimônio e Justiça Ambiental: as conexões nas cidades a partir da obra de Carolina Maria de Jesus”

AUTORES

Profa. Kelen Gurgel Meirelles,
 Profa. Dra. Milena de Sousa N. Bento,
 Profa. Dr. Marcelo Paraíso Alves.

LOCAL

UNIRIO
 Av. Pasteur, 458 – Urca
 Rio de Janeiro
 12/11/19 - das 14 as 17 horas
 13/11/19 - das 14 as 17 horas


“Patrimônio e Justiça Ambiental: as conexões nas cidades a partir da obra de Carolina Maria de Jesus”

Patrimônio e Justiça Ambiental: as conexões nas cidades a partir da obra de Carolina Maria de Jesus” O Projeto de Extensão A contemplação da paisagem: Turismo, Urbanismo e Yoga da UNIRIO tem como proposta promover a integração com a população viabilizando atividades acadêmicas, esportivas, culturais e de lazer por meio da realização de eventos, roteiros, visitas, minicursos e a criação de canais de comunicação ampliando o acesso ao patrimônio cultural e fortalecendo o diálogo entre Universidade e os diversos atores sociais. Inicialmente, as reflexões concentram-se em São Paulo e Rio de Janeiro uma vez que, de acordo com os dados do Ministério do Turismo, as duas cidades continuam sendo os destinos mais procurados por turistas em viagens de lazer ou trabalho, indica o Estudo da Demanda Turística Internacional de 2013.

Na atualidade, a cidade de São Paulo apresenta múltiplas características que foram se formando ao longo de diferentes temporalidades. Por intermédio de um minicurso, a ação de extensão pretende demonstrar como em espaços marcados pela injustiça ambiental, pela exclusão social e pela alienação, é possível desenvolver táticas de resistência que promovam a tomada de consciência e a construção de mecanismos de inserção e ascensão social.

Para tanto, parte da obra de Carolina Maria de Jesus. Escritora, brasileira, negra e moradora de comunidade periférica – o Canindé em São Paulo – Carolina fez de sua trajetória um exemplo de como, mesmo fora do universo da educação formal, foi possível superar obstáculos e barreiras inerentes ao espaço e ao contexto social em que estava inserida.

Os trabalhos serão realizados nos dias 12 e 13 de novembro, das 14:00h às 17:00h, baseados em análises, debates e oficinas nas quais focaremos duas obras principais: Quarto de Despejo e Diário de Bitita.



Programa:

I – Primeiro dia – 12/11 – das 14:00 as 17:00 horas.

- **Primeira Parte:** Apresentação do curso I.
- **Segunda Parte:** Estudo biográfico de Carolina.
- **Terceira Parte:** A vida no Canindé: a percepção da injustiça ambiental.
- **Quarta Parte:** dinâmica – “Percepção da Injustiça Ambiental”.

II – Segundo Dia – 13/11 – das 14:00 as 17:00 horas.

- **Primeira Parte:** Apresentação do Curso II.
- **Segunda Parte:** Superando a “insciência”: produção de consciência e resistência em espaços degradados.
- **Terceira Parte:** dinâmica – “A Arte como Tática de Resistência”.

SAIBA MAIS:
<https://www.youtube.com/watch?v=uSw1VUoPsgE>

SUPPORT:





MINI COURSE

TITLE
 "Patrimony and Environmental Justice: the connections in the cities from the work of Carolina Maria de Jesus"

AUTHORS
 Teacher Kelen Gurgel Meirelles.
 Doctoral Professor Milena de Souza N Bento.
 Doctoral Professor Marcelo Paraiso Alves.

LOCATION
 UNIRIO
 458 Pasteur Avenue – Urea
 Rio De Janeiro
 November 12, 2019- from 2 pm to 5 pm
 November 13, 2019 - from 2 pm to 5


"Patrimony and Environmental Justice: the connections in the cities from the work of Carolina Maria de Jesus"

The Extension Project The contemplation of the landscape: Tourism, Urbanism and Yoga - UNIRIO - has as proposal to promote the integration with the population making possible academic, sports, cultural and leisure activities through events, itineraries, visits, mini-courses and the creation of communication channels widening the access to the cultural heritage and strengthening the dialogue between the University and the several social actors. Initially, the reflections are concentrated in São Paulo and Rio de Janeiro since, according to data from the Ministry of Tourism, the two cities continue to be the most sought after destinations by tourists on leisure or work trips, indicates the 2013 International Tourism Demand Study.

Currently, the city of São Paulo has multiple characteristics that have been formed over different temporalities. By means of a mini-course, the extension action intends to demonstrate how in spaces marked by environmental injustice, social exclusion and alienation, it is possible to develop resistance tactics that promote awareness and the construction of mechanisms of social insertion and ascension.

For this, part of the work of Carolina Maria de Jesus. Writer, Brazilian, black and peripheral community resident - Canindé in São Paulo - Carolina made her trajectory an example of how, even outside the universe of formal education, it was possible to overcome obstacles and barriers inherent to the space and social context in which she was inserted.

The works will be realized on November 12 and 13, from 2:00pm to 5:00pm, based on analyses, debates and workshops in which we will focus on two main works: Quarto de Despejo and Diário de Bitita.



Program:

I – First Day – November 12 - from 2 pm to 5 pm

First Part: Presentation of course I.

Second Part: Biographical study's Carolina.

Third Part: Life in Canindé: the perception of environmental injustice.

Fourth Part: Dynamics - "Perception of Environmental Justice".

I – Second Day – November 13 - from 2 pm to 5 pm

First Part: Presentation of course II.

Second Part: Overcoming "injustice": the production of consciousness and resistance in degraded spaces.

Third Part: Dynamics - "Art as a Tactic of Resistance".

KNOW MORE:
<https://www.youtube.com/watch?v=uSwtVUoPsgE>

ANEXOS

ANEXO 1. PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA E PESQUISA



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Educação e Justiça Ambiental: uma proposta para o ensino e extensão

Pesquisador: KELEN GURGEL MEIRELLES

Área Temática:

Versão: 4

CAAE: 14422719.2.0000.5237

Instituição Proponente: FUNDACAO OSWALDO ARANHA

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.586.566

Apresentação do Projeto:

Trata-se de uma pesquisa a ser realizada junto aos alunos e coordenação do Curso de Turismo da UNIRIO no intuito de identificar o interesse da instituição em promover as discussões socioambientais. Nesse sentido, busca-se promover um curso de extensão a partir de uma análise preliminar realizada por meio de aplicação de questionário, seguida do desenvolvimento do curso em si e por fim a aplicação de um último questionário avaliativo.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário: Valorizar as questões socioambientais contemporâneas entre os discentes do ensino superior.

Objetivo Secundário:

- Desenvolver um curso de extensão no campo da Educação Ambiental;
- Desenvolver junto aos discentes a consciência crítica sobre seu papel e responsabilidade como parte do meio ambiente.
- Demonstrar que o Meio Ambiente corresponde a um complexo que envolve tanto o espaço natural quanto às relações sociais construídas sobre e a partir do mesmo.
- Demonstrar a relevância das questões étnicas no Meio Ambiente.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Não apresenta, salvo exposição da referida coordenação

Endereço: Avenida Paulo Erlei Alves Abrantes, nº 1325
Bairro: Prédio 03, Sala 05 - Bairro Três Poços **CEP:** 27.240-560
UF: RJ **Município:** VOLTA REDONDA
Telefone: (24)3340-8400 **Fax:** (24)3340-8404 **E-mail:** coeps@foa.org.br



Continuação do Parecer: 3.586.566

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Pesquisa relevante bem organizada porém é necessário que seja verificado a questão da exposição da coordenação do referido curso.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Estão pertinentes.

Recomendações:

Apresentar ao CoEPS, via Plataforma Brasil, relatórios parcial e final do estudo.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Aprovado

Considerações Finais a critério do CEP:

Apresentar ao CoEPS, via Plataforma Brasil, relatórios parcial e final do estudo.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1068810.pdf	12/09/2019 18:20:34		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLCoordenacao.pdf	12/09/2019 16:27:00	KELEN GURGEL MEIRELLES	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TERMODECONSENTIMENTOLIVREEE SCLARECIDOdiscentes.pdf	27/07/2019 20:28:10	KELEN GURGEL MEIRELLES	Aceito
Outros	FOLHA_DE_ROSTO_KELEN_GURGEL_ASSINADA.pdf	31/05/2019 15:56:10	Ana Carolina Gioseffi	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	ProjetoDetalhado.pdf	09/05/2019 17:07:52	KELEN GURGEL MEIRELLES	Aceito
Outros	Questionarioscoordenacao.pdf	09/05/2019 14:49:42	KELEN GURGEL MEIRELLES	Aceito
Outros	Questionariodiscentes.pdf	09/05/2019 14:48:35	KELEN GURGEL MEIRELLES	Aceito
Outros	Pretestediscentes.pdf	09/05/2019 14:46:47	KELEN GURGEL MEIRELLES	Aceito
Folha de Rosto	Folhaderosto.pdf	09/05/2019 14:44:51	KELEN GURGEL MEIRELLES	Aceito
Outros	cartadeanuenciaUNIRIO.pdf	07/05/2019	KELEN GURGEL	Aceito

Endereço: Avenida Paulo Erlei Alves Abrantes, nº 1325
Bairro: Prédio 03, Sala 05 - Bairro Três Poços **CEP:** 27.240-560
UF: RJ **Município:** VOLTA REDONDA
Telefone: (24)3340-8400 **Fax:** (24)3340-8404 **E-mail:** coeps@foa.org.br



Continuação do Parecer: 3.586.566

Outros	cartadeanuenciaUNIRIO.pdf	22:41:46	MEIRELLES	Aceito
--------	---------------------------	----------	-----------	--------

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

VOLTA REDONDA, 19 de Setembro de 2019

Assinado por:

Walter Luiz Moraes Sampaio da Fonseca
(Coordenador(a))

Endereço: Avenida Paulo Erlei Alves Abrantes, nº 1325
Bairro: Prédio 03, Sala 05 - Bairro Três Poços **CEP:** 27.240-560
UF: RJ **Município:** VOLTA REDONDA
Telefone: (24)3340-8400 **Fax:** (24)3340-8404 **E-mail:** coeps@foa.org.br